

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

PODER E IMAGINÁRIO POLÍTICO NUMA SOCIEDADE CLÂNICA:
MONTE ALEGRE DE MINAS (1872/1951)

HENRIQUE JOSÉ VIEIRA NETO

3401 5.9
(c)

HENRIQUE JOSÉ VIEIRA NETO

PODER E IMAGINÁRIO POLÍTICO NUMA SOCIEDADE CLÂNICA:
MONTE ALEGRE DE MINAS (1872/1951)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Profª. Dra. Christina da S. Roquette Lopreato.

Uberlândia, setembro de 2006

HENRIQUE JOSÉ VIEIRA NETO

PODER E IMAGINÁRIO POLÍTICO NUMA SOCIEDADE CLÂNICA:
MONTE ALEGRE DE MINAS (1872/1951)

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Christina da S. Roquette Lopreato (orientador)

Prof. Dr. Antônio de Almeida



Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli

“Perdi os meus fantásticos castelos
como névoa distante que se esfuma...
Quis vencer, quis lutar, quis defendê-los
Quebrei minhas lanças uma a uma!”
(Florbela Espanca)

“Valeu a pena? Tudo vale a pena quando
a alma não é pequena.”
(Fernando Pessoa)

Às pessoas que me ajudaram a
“reconstruir” meus “castelos”: tia Delfina
Vieira, minha mãe Diná S. Vieira, e
meus irmãos e sobrinhos. Agradeço
ainda aos tios Derly de Souza, Diva de S.
Costa, Deny e Eunice Vasconcelos. Aos
meus queridos amigos Umberto e Luiza
Ceccon pelo apoio e pelas
“hospedagens”. A Luiz Mamede e
Gleides I. Guimarães pelo incentivo e
apoio na retomada dos estudos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço de coração aos meus queridos professores do Curso de História que tiveram uma contribuição ímpar para meu aprimoramento intelectual: Alcides Ramos, Antônio de Almeida, Célia R. Calvo, Dilma A. Paula, Pedro Spínola, Rosangela Patriota e Wenceslau Neto. Aos professores do Curso de Letras (onde fiz disciplinas optativas) que ampliaram meu conhecimento na área: Aldo Belagamba e Jorcelina.

Esta monografia não teria sido viável sem a amizade do meu grupo de estudos, formado no primeiro período de 2002. São pessoas que atualmente, são imprescindíveis na minha vida profissional e pessoal: Alexandre F. Solano, Ângelo Barcelos, Eliane A. Leal, Leandro M. Marques, Luciana Tavares, Marcos F. de Brito e Pablo Lacerda.

A concretização efetiva desse trabalho não teria sido possível sem o auxílio do meu querido colega e sobretudo amigo, Alexandre F. Solano, que encontrou tempo disponível entre seus afazeres acadêmicos para poder digitá-lo e ajudar-me nas correções. Obrigado ao Marcos F. de Brito pela finalização da “obra”.

À minha orientadora, Profa. Dra. Christina da S. Roquette Lopreato pelo apoio, dicas e principalmente, por suas simplicidade e tranqüilidade.

Agradeço ainda, imensamente, ao Arquivo Público Municipal de Uberlândia, ao CDHIS, à Câmara e Prefeitura de Monte Alegre de Minas e à Biblioteca da UFU – Campus Santa Mônica. Meus sinceros agradecimentos à família Vilella Parreira, que através do seu arquivo tornou possível o desenvolvimento dessa pesquisa. E como disse o imperador romano *Júlio César*, ao atravessar o Rio Rubicão, no século I a.c., diante de mais uma conquista,

Alea jacta est

“A parentela brasileira, internamente estratificada, ao contrário, faz parte integrante de um complexo sócio-econômico em que a cidade sempre foi elemento fundamental, e isto desde a época colonial; a cidade(ou pelo menos a vila) era a sede do poder político, era o lugar onde se encontrava a Câmara, e por isso mesmo tornava objeto de árdua disputa nas lutas de famílias. Internamente heterogêneas quanto à economia, muitas vezes formadas de grupos familiares de diversas formas, distribuídos numa hierarquia que revelava onde se encontravam o poder econômico e político, eram as parentelas sempre internamente heterogêneas. Porém, paradoxalmente, indivíduos e famílias se sentiam unidos pelos mesmos interesses sócio-políticos e econômicos, e unidos os defendiam; sobrepunha-se o interesse da parentela ao das famílias e ao dos indivíduos, e por isso mesmo aqueles se tornava, finalmente o primeiro interesse de todos.” (O Coronelismo numa interpretação sociológica)

Maria Isaura P. Queiroz

Resumo

Esta pesquisa, tem como objetivo principal, estudar um clã familiar, os Vilella Parreira, que exerceram a hegemonia política e social no município de Monte Alegre de Minas (região do Triângulo Mineiro) durante as três últimas décadas do século XIX até 1971.

Através de uma análise da formação humana e política da antiga região do Sertão da Farinha Podre, por levadas humanas provenientes de outras localidades da Colônia, principalmente do leste da Capitania de Minas Gerais, visamos entender a formação de um núcleo urbano.

A formação de extensas propriedades fundiárias por Clãs familiares e suas parentelas, profundamente ligados ao patriarcalismo e à religião Católica, foi o cerne para o desenvolvimento de vários povoados e vilas. E nesses povoados e vilas, os clãs parentais redundaram nos futuros grupos oligárquicos.

O povoado de São Francisco das Chagas de Monte Alegre, originado no caminho das Estradas Reais que se dirigiam para as Capitânicas de Goiás de Mato Grosso no período joanino, abrigou várias famílias chefiadas por patriarcas, muitos deles detentores de patentes militares da Guarda Nacional.

Uma dessas famílias é a do Coronel Antônio Fernandes Vilella de Andrade, que em 1870 assume o governo “oficial” do município recém emancipado politicamente, inaugurando um longo período de proeminência do clã e a perpetuação do poder através de seus descendentes.

Em 1914, o clã Vilella de Andrade une-se ao clã Parreira, através do casamento de representantes de sua prole, constituindo o clã Vilella Parreira cujo novo líder, Nicanor Parreira, assume em 1927 o comando do município no qual permanece até 1951. Através dessa família, podemos vislumbrar as relações de poder e o imaginário político numa sociedade clânica.

Palavras-chave: Clã, coronelismo, imaginário político.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1: São Francisco das Chagas de Monte Alegre: um povoado no caminho do ouro	18
Capítulo 2: O Solar do Clã Vilella Parreira: Família, Poder e Imaginário	26
II.1: O Solar: poder e imaginário	26
II.2: O Clã Vilella Parreira	34
II.3: As imagens do Clã Vilella Parreira	44
Capítulo 3: Conservadorismo, Sociedade e Política: as relações oligárquicas em Monte Alegre de Minas – MG(1872/1951)	48
III.1: O Ascenso político e social dos clãs Vilella de Andrade e Parreira	48
III.2: A hegemonia política do clã Vilella Parreira (1927/1951)	57
Conclusão	70
Bibliografia	75
Fontes	77
Anexos	78

Lista de Figuras

Mapa 1.....	19
Mapa 2.....	20
Foto 1.....	26
Foto 2.....	28
Foto 3.....	29
Foto 4.....	38
Foto 5.....	39
Foto 6.....	45
Foto 7.....	45
Foto 8.....	45
Foto 9.....	48

Introdução

“Ao sentido primitivo da palavra oligarquia - governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas – juntou-se no Brasil, um conceito mais específico: o governo baseado na estrutura familiar patriarcal.”¹
(Edgar Carone)

Esta pesquisa tem como temática central de investigação as oligarquias regionais que dominaram o cenário político e social do interior do Brasil nas três últimas décadas do século XIX, até 1951. A região do *Triângulo Mineiro*, mais precisamente a cidade de *Monte Alegre de Minas* (MG), constitui-se no cerne dos estudos, onde o poder político, o conservadorismo e as relações sociais desenvolveram-se sob a égide dos *clãs familiares*², cuja ascendência genealógica está intrinsecamente ligada ao patriarcalismo fundiário e escravocrata, bem como suas práticas coronelistas peculiares de mandonismo local, resquícios da estrutura social do período colonial.

As oligarquias estiveram fortemente presente no cotidiano político e social de Monte Alegre de Minas, antes e após a implementação do regime republicano (1889), perdurando no poder (com alguns interregnos) até meados dos anos de 1970, quando o último representante das antigas elites esteve à frente da prefeitura da cidade. É pertinente observar que as “práticas e hábitos” tradicionais das oligarquias locais ainda povoam o imaginário político do local e da região, influenciando ideologicamente muitos dos representantes do poder executivo municipal.

Dentre as oligarquias que exerceram o poder local em Monte Alegre de Minas, sobressai-se a do clã constituído pela família *Vilella Parreira*, da qual representantes de várias gerações exerceram os principais cargos “executivos” do município: Presidente da Câmara, Intendente (ou Agente Executivo) e posteriormente, Prefeito. Ocuparam ainda os cargos de juizes, coletores, delegados, inspetores, etc.; ou seja, preenchiam quase todos os estamentos da burocracia municipal.

¹ CARONE, Edgar. *A República Velha – Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel, 1970, p.267.

² Oliveira Viana, através de sua obra *Populações Meridionais do Brasil*, de 1918, conceituou as famílias extensas como ‘clãs parentais’. Essas famílias eram unidades sociais baseadas no parentesco unilateral, organizadas num vasto domínio, solidárias entre si e orgulhosas de sua linhagem. Os interesses da família eram sobrepostos a todos os outros interesses, principalmente na esfera política.

A referida parentela, originada a partir da união matrimonial de membros de sua prole, juntou o clã dos *Vilella ao Parreira*, fortalecendo os laços familiares e sedimentando as bases oligárquicas calcadas nas relações privadas no âmbito municipal. Desde 1872, a parentela dos *Vilella Parreira* revezou-se no “governo” municipal de Monte Alegre de Minas, conforme quadro demonstrado abaixo:

Quadro dos chefes do Executivo/Legislativo – M. Alegre de Minas (MG)

Representantes do Clã Vilela Parreira	Cargo(s) ocupado(s)	Período de Governo
Antônio Fernandes Vilela de Andrade	Presidente da Câmara/ Agente Executivo	1872-1876
Antônio Fernandes Vilela de Andrade	Presidente da Câmara/ Agente Executivo	1885-1889
Arlindo Soares da S. Parreira	Presidente da Câmara/ Agente Executivo	1909
Nicanor Parreira	Presidente da Câmara/ Agente Executivo	1927-1929
Nicanor Parreira	Prefeito	1930-1945
Nicanor Parreira	Prefeito	Março a dezembro de 1946
Nicanor Parreira	Prefeito	1948-1951
Derly Vilela Parreira	Prefeito	1967-1971

Fonte: Arantes (1970), *Como Fizeram Monte Alegre*. Uberlândia: Ubergral, p. 10
 Autor: ARANTES, Jerônimo.

Através dessa parentela, clânica e coronelista, as relações sociais e políticas municipais serão vislumbradas pela periodização que compreende o fim do Império até a primeira metade do século XX, época de consolidação do poder oligárquico e das supostas “rupturas” provocadas pela “Revolução de 1930”. Subjaz ainda, questões suscitadas na Era Vargas, como o acirrado embate entre o *velho* e o *novo* ante as inovações descortinadas pelo século XX e as nuances políticas no contexto local *versus* o nacional.

A “Revolução de 1930”, teoricamente, fez com que as oligarquias municipais reavaliassem suas condutas autoritárias e arcaicas no intuito de “modernizarem-se”, para permanecer no poder. Na realidade, depois de 1930, houve um “remanejamento” dentro dos grupos oligárquicos do país que buscavam afastar ou “maquiar” tudo aquilo

que parecia decrépito ou conservador, seguindo a lógica modernista da nova ordem ditada pelo novo “cacique” nacional: *Getúlio Vargas*.

Alguns grupos oligárquicos do país, como os de Goiás, pregavam a continuidade do atraso econômico e social como meio de barrar o avanço da crescente urbanização e dos ideais democráticos. Contudo havia outros grupos oligárquicos comprometidos com as mudanças propiciadas pelo progresso, mas ambos os grupos na realidade ambicionavam o continuísmo no poder local, ora assumindo posturas “liberais”, ora escancarando o seu conservadorismo. Tal demagogia variava de Estado para Estado e a proximidade com o poder central, sediado no *Palácio do Catete*, Rio de Janeiro.

Nesse período de transições, o coronel local e suas *parentelas*³ visavam perpetuarem-se no poder, mesmo ante as ameaças veladas dos novos tempos. O coronelismo não estava mais diretamente ligado à posse da terra, pois o patriarcado rural migrava para o urbano, fazendo com que surgissem, além do *coronel-fazendeiro*, o *coronel-bacharel*, o *coronel-médico* ou o *coronel-farmacêutico*. Este último tipo é o caso ocorrido em Monte Alegre de Minas, com o *Dr. Nicanor Parreira*, cuja peculiaridade era não possuir a patente oficial de Coronel da Guarda Nacional, ostentada por seu genitor e por alguns membros de seu clã familiar.

O recorte temporal/histórico dessa pesquisa (1872/1951) foi desenvolvido de acordo com as fontes documentais que confirmam a presença do *Cel. Antônio Fernandes Vilella de Andrade* como o primeiro mandatário “oficial” da Câmara Municipal de Monte Alegre de Minas, após sua emancipação política ocorrida em 1870. Já no século XX, constata-se a presença do *Cel. Arlindo Soares da S. Parreira*, seu filho *Nicanor Parreira* e por último seu neto, *Derly Vilela Parreira*, como chefes do executivo municipal, como apontado no quadro da página anterior.

A fusão dos clãs *Vilella e Parreira* ocorreu em 1914 através do casamento do *Sr. Nicanor Parreira* com a *Srta. Dulce Vilela de Andrade*, filha do *Sr. Alfredo* e de *D. Delminda Vilela de Andrade* e descendente do *Cel. Antônio Fernandes Vilela de Andrade*. O *Sr. Nicanor Parreira* era filho do *Cel. Arlindo Soares da S. Parreira* e de *D. Horades Fontoura Parreira*, formado em Farmácia pela Faculdade de Ouro Preto. Além de proprietário da *Pharmácia Horades*, Nicanor Parreira governou a cidade de Monte Alegre de Minas de 1927 até 1951, com apenas um breve intervalo entre os anos 1947/1948, após a queda do Estado Novo.

³ Segundo *Oliveira Vianna*, parentelas eram vários *clãs* reunidos sob o comando de um único *chefe* que os liderava.

Tal estudo propõe conhecer a gênese do pensamento autoritário das elites locais, calcadas no mandonismo e nas relações com o poder central e estadual, além das questões ligadas ao imaginário social e político, disseminados através da oralidade, de símbolos e monumentos. Um desses monumentos é a casa *solarenga*⁴ dos *Vilella Parreira*, edificada no século XIX e símbolo do poder familiar e oligárquico em Monte Alegre de Minas, dominando o espaço central da mesma cidade com suas linhas arquitetônicas imponentes influenciadas pelo passado colonial.

A cidade parece gravitar em torno da casa dos Vilela Parreira, numa simetria com o poder espiritual (a igreja defronte o solar) e ainda evocando ecos da residência patriarcal, sua senzala, cativos e agregados.

Permeando as questões políticas e sociais, o imaginário emerge como categoria analítica para a compreensão do poder local e sua relação com as camadas subalternas da população. Nesse caso, o solar dos *Vilella Parreira* torna-se um dos objetos centrais desse estudo, na condição de foco irradiador do poder simbólico e real da oligarquia coronelista e clânica em Monte Alegre de Minas. Para o historiador francês *Jacques Le Goff*, “[...] o imaginário alimenta o homem e fã-lo agir. É um fenômeno coletivo, social e histórico. Uma história sem o imaginário é uma história mutilada e descarnada [...] Estudar o imaginário de uma sociedade e ir ao fundo da sua consciência e da sua evolução histórica.”⁵

A história social e política de Monte Alegre de Minas, um microcosmo da vida nacional, subverte os caminhos da historiografia tradicional embasada pelos grandes temas e acontecimentos, em detrimento do regional e o local. Respalhando a assertiva acima, no que se refere à história local/regional, *Cristiane da Silveira* conclui que:

*A pesquisa histórica que procura trazer à tona os sentimentos, as sensibilidades, as paixões dos sujeitos em determinadas épocas, possui como centro das preocupações as relações de poder que se fazem através dos jogos políticos. Consolida-se então, nova atribuição à história política que não se preocupa com os grandes marcos e com os homens que os realizam, mas com a realidade vivida pelos mais variados indivíduos sociais, que constroem sua subjetividade numa perspectiva própria.*⁶

⁴ Termo utilizado por *Oliveria Vianna* e *Gilberto Freyre* para designar as grandes casas senhoriais, ou seja os solares.

⁵ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*(Prefácio). Portugal: Edit. Estampa, 1994, p.16/17.

⁶ SILVEIRA, Cristiane. *O Alvorecer da República Sob o Olhar Interpretativo de Lima Barreto*. Uberlândia Mestrado: UFU, dissertação de 2004, p. 11.

Neste trabalho, o intuito não é discutir as origens do coronelismo, nem tampouco a sua conceituação dentro da mitologia política do Brasil ou os desdobramentos da decantada política do *Café com Leite*. A historiografia brasileira já produziu uma vastíssima bibliografia a respeito do coronelismo e suas distintas faces, veiculadas por autores brilhantes como *Vitor Nunes Leal*, *Maria Isaura P. Queiroz*, *Maria de Lourdes M. Janotti*, *Rodolpho Telallori*, *Raymundo Faoro*, etc; sem comentar os inúmeros trabalhos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadores das universidades do país, dedicados ao tema. Contudo, o núcleo central de análise dessa pesquisa são as relações existentes no âmago das oligarquias familiares locais e suas intersecções com o poder municipal e estadual. Há, ainda, a tentativa das mesmas em manter o *status-quo*, amparado pelas tradições ancestrais, inseridas no contexto da “modernidade”, esboçada no final do Império e priorizado pelo ideário republicano como meta civilizatória contrária ao mandonismo elitista local e suas atitudes políticas decadentes.

A República fez com que as “velhas instituições” usassem “[...] em grande medida novo rótulo para um velha garrafa” ⁷ e a “Revolução de 1930”, travestida pela “inovação” política e social, suscitou o declínio das *carcomidas* oligarquias locais, inspirando um acalorado debate nacional sobre seu ocaso.

No início da década de 1920, o termo *oligarquia* já era empregado pela mídia impressa e por parte da intelectualidade nacional para denunciar os hábitos políticos autoritários das elites locais, avalizando a idéia de modernidade que, em tese, era desenvolvida em alguns círculos políticos e sociais, acanhadamente contrários ao sistema. Uma espécie de editorial, publicado em 1919 pelo jornal *A Tribuna*, sediado em *Uberabinha* ⁸, revela as preocupações de seu autor com os rumos da política nacional e o *cesarismo* dos chefes locais:

[...] organização tão velha como o tempo, devia ser respeitada pelos srs. republicanos de nossos dias, caso lhes restasse resquício de respeito pela intervenção popular nos negócios públicos desta República. Esse respeito, porém é um mytho, e o lema é assambarcar todas as forças vivas do Estado para os efeitos da compreensão política a todo o risco nos pleitos eleitorais. Quem é o néscio que acredita por ali na isenção de animo de governos oligarcas (grifo nosso) para escolher com são critério os ‘prefeitos’ sonhados pelo capachismo para felicidade dos municípios nessa futura e planejada organização?

⁷ VISCARDI, Cláudia M. R. *O Teatro das Oligarquias – Uma Revisão da Política do Café com Leite*. Belo Horizonte: Editora Arte, 2001, p. 11.

⁸ Atual cidade de Uberlândia.

*Os possíveis futuros prefeitos serão (afirmamos sem medo) mandatários da politicagem oficial para os efeitos do cumprimento da formula: Em política, o crime é não vencer! Vícios novos infeccionarão o organismo municipal produzindo fructos peores, que o defeito das parcialidades em debate na atualidade dos municípios [...].*⁹

Fica evidente, diante do referido texto jornalístico, as práticas políticas das elites oligárquicas locais durante a “República Velha” (1889-1930) e o paradoxo que os “dissidentes” liberais enfrentavam ante as atitudes reais tomadas contra o poderio dos chefes municipais. O jornal *A Tribuna* pertencia à elite local de Uberabinha (MG) e o autor do editorial, usando o pseudônimo pretensioso de *Spartacus*, expõe a mentalidade contraditória vigente naquele tempo, um pseudo-liberalismo veiculado por um meio conservador, mas sem ser explicitado.

Entre essa amálgama de pensamentos liberais e despotismo, os grupos oligárquicos, parentais, firmaram-se, propiciando um estudo que desnuda as relações que nortearam sua hegemonia política. Um acurado exame do *ethos* local das elites e seus líderes ainda aponta para o desenvolvimento do *primus inter pares*, aquele indivíduo que, segundo *Max Weber*¹⁰, detém o carisma e a condução do “rebanho”.

Multifacetado, o coronelismo foi um fenômeno político que se sucedeu em todo o país, acentuadamente na República Velha, marcando indelevelmente sua vida social e política, afora o desenvolvimento de uma aura mística em torno da figura do coronel no imaginário popular do país. Todavia, as particularidades de cada região do Brasil projetaram diferentes clãs oligárquicos (como é o caso da região do Triângulo Mineiro e da cidade de Monte Alegre de Minas) que se relacionavam através de modos díspares com o governador, o presidente, os eleitores e apaniguados. Para *Jonh Wirth*, a região do pontal mineiro era “[...] próspero mas geograficamente isolado de Belo Horizonte [...]”¹¹, o que contribuiu para desenhar contornos distintos acerca dos grupos oligárquicos locais e suas relações de poder.

O texto desta pesquisa está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **São Francisco das Chagas de Monte Alegre: um povoado no caminho do ouro**, há um pequeno resumo histórico do local e a formação do núcleo populacional

⁹ SPARTACUS, *Jornal A Tribuna* – Anno I número 2, p. I – Uberlândia, 14 de Setembro de 1919.

¹⁰ WEBER, Max - *Sociologia*. (capítulo 3, A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais). São Paulo: Ed. Atlas, 1979.

¹¹ WIRTH, John. Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional 1889/1937. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira*. T.III. vol I. Rio de Janeiro: B.Brasil, 1997, p.88.

inicial que redundaria, posteriormente, na referida cidade. O território de Monte Alegre de Minas encontrava-se nas cercanias da *Estrada Real*, que se destinava para as regiões auríferas de *Vila Boa*¹², a sudoeste da província de *Goyas*.

Estudar o povoamento inicial da região do Triângulo Mineiro e da cidade de Monte Alegre de Minas é crucial para entender como os grupos parentais que colonizaram o local transformar-se-iam nas oligarquias que exerceram o domínio político, social e econômico nas mesmas. O caráter familiar é notório na ocupação do extremo oeste de Minas, de acordo com o geógrafo *Luís Bustamante Lourenço*,

*Grande parte da população do Desemboque*¹³, passou a emigrar para outras regiões. A migração centrífuga transformou o arraial em cabeça de ponte para a colonização das terras mais a oeste, antes mesmo da anexação da *Farinha Podre*¹⁴ a Minas. Dali se organizaram as entradas de colonos que, após conhecer as novas paragens, obtinha as sesmarias do governo goiano. As entradas não só levavam os colonos a conhecer as potencialidades de ocupação das áreas incultas, como, muitas vezes, eles já estabeleciam as bases da futura ocupação, ao formarem roças e ao delimitarem os terrenos para a ereção de futuras capelas.¹⁵

No segundo capítulo, **O Solar do Clã Vilela Parreira: família, poder e imaginário**, uma análise histórica e arquitetônica da residência em questão aflui com o estudo genealógico da família e seus principais líderes (cel. Antônio Fernandes, Cel. Arlindo Parreira e Dr. Nicanor Parreira) e o contexto sócio político no qual exerceram as funções de mando local; a casa dos *Vilella Parreira* desperta incontáveis significados: afetivos, históricos e estéticos. Mas, *Bittar e Veríssimo* alegam,

*Em sua essência, a casa é um complicado programa de arquitetura a ser resolvido se quisermos atender a todas as suas condicionantes, permitindo um bom funcionamento e um fluxo ideal: Assim, ao falarmos da casa, imediatamente uma série de imagens, códigos, reminiscências. Livros, músicas e provérbios invade nossa imaginação num turbilhão [...] De tudo um pouco, a casa é o reduto da família e portanto, seu próprio espelho, refletindo também, numa maneira mais abrangente, a sociedade da qual essa família faz parte, ao mesmo tempo em que é sua geradora [...]*¹⁶

¹² Atual cidade de Goiás Velho (GO).

¹³ *Vilarejo colonial localizado na região da atual cidade de Sacramento – MG.*

¹⁴ *Atual região do Triângulo Mineiro.*

¹⁵ LOURENÇO, Luis A.B. *A Oeste das Minas – Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750/1861)*. Uberlândia: Edufu, 2002, p.83.

¹⁶ VERÍSSIMO, F.S & BITTAR, M.S.N. *500 Anos de Casa no Brasil. As transformações da Arquitetura e da utilização do Espaço de Moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999, p. 20/21.

No terceiro e último capítulo, **Conservadorismo, Sociedade e Política: as relações oligárquicas em Monte Alegre de Minas (1872/1951)**, a política municipal é o escopo da pesquisa, esmiuçando ainda a mentalidade conservadora e autoritária dos potentados locais, visualizada pela abordagem analítica do clã *Vilella Parreira*. As relações patriarcais, de compadrio, interpõem-se às demais formando uma gama enorme de indagações que necessitam de averiguações. É incontestável buscar a compreensão, de como as oligarquias de base clânica e familiar mantinham-se no poder diante da mudança de regimes políticos, do avanço tecnológico, dos ideais democráticos e liberais.

A evolução e adaptação dos grupos oligárquicos é algo impressionante dentro do período histórico abarcado, oferecendo interpretações várias para a compreensão do poder emanado dos grupos coronelistas.

CAPÍTULO I

São Francisco das Chagas de Monte Alegre: um povoado no caminho do ouro.

Antigamente a Província de Goiás ultrapassava de 34 ou 35 léguas o seu limite atual, ou seja, ia até o rio Grande. Como, porém, o território compreendido entre esse rio e o Paranaíba fizesse parte do julgado de Desemboque, ele teve a mesma sorte deste e do Araxá quando em agosto de 1816 foram ambos anexados à Província de Minas. O Paranaíba passou então a constituir o limite meridional de Goiás.¹

(Auguste de Saint-Hilaire)

A região do *Sertão da Farinha Podre*², localizada entre os rios Paranaíba e Grande, pertencia, até agosto de 1816, à *Província de Goyaz*. Situada no extremo oeste das *Minas*³, tal território, juntamente com o de Goiás, fizeram parte, no período colonial, da *Capitania de São Paulo*. Em 1748, por determinação de um decreto régio de Dom João V, foi criada a *Capitania de Goyaz*, que se desmembrou de São Paulo e o limite natural passava a ser o Rio Grande.

O sul da Capitania de Goiás teve seu desbravamento iniciado no final do século XVI, mais precisamente:

*[...] a partir de 1592 pelas entradas e bandeiras que partiam da Bahia e de São Paulo à procura de ouro e índios, principalmente durante o século XVII, quando os jesuítas e mais vinte expedições penetraram no seu território. A ocupação efetiva da área se deu no período posterior a 1725, quando após descobrirem ouro às margens do rio Vermelho-Anhanguera, o filho e seu cunhado Silva Ortiz receberam da Coroa Portuguesa grandes extensões de terra; em 1727, foi fundado o arraial de Nossa Senhora de Sant'Ana, posteriormente a capital Vila Boa [...]*⁴

A descoberta do ouro nas Capitanias de Goiás e Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII, e a busca pela mão de obra escrava indígena fizeram com que

¹ SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia Edit, 1975, p.127.

² Atual Triângulo Mineiro

³ Atual Estado de Minas Gerais

⁴ BOTELHO, A.V & REIS, L.M. *Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002, p. 83-84.

o *Sertão da Farinha Podre* se transformasse em um entroncamento de rotas para as expedições bandeirantes, científicas, comerciais e de grupos familiares em busca de terras. Tais grupos partiram, *a priori*, da Capitania de São Paulo e, posteriormente, de outras regiões do leste de Minas.

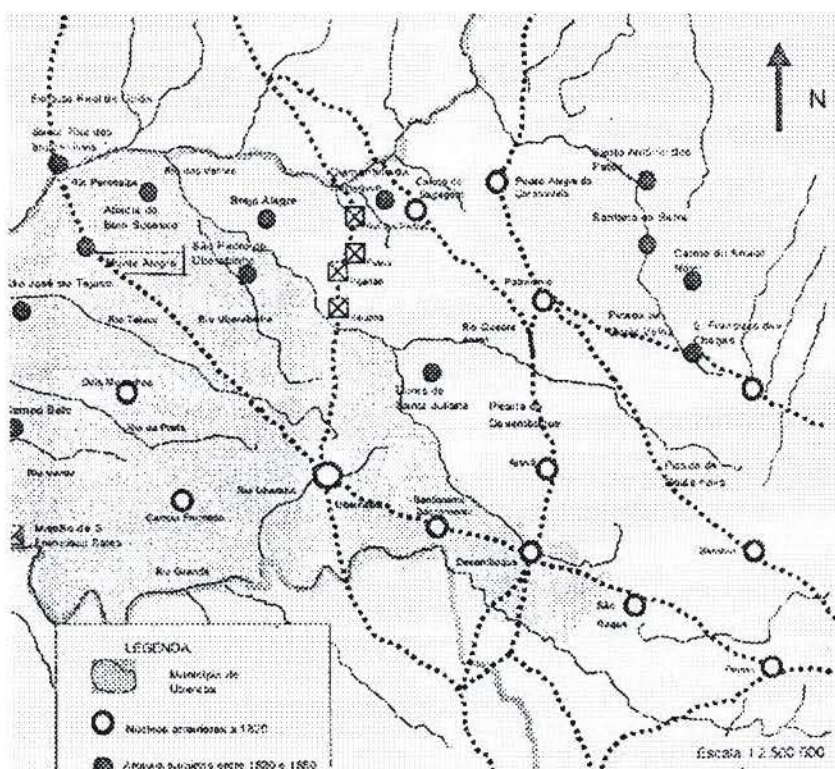
Dessas incursões humanas pelo *Sertão da Farinha Podre* surgiram, a partir de 1736, a *Estrada do Anhanguera ou dos Goiaes*, situada a leste da região e iniciada no noroeste da Capitania de São Paulo (Mogi-Guaçu, Batatais), passando por Araxá, Uberaba e Campo Florido. Outro braço da referida estrada, denominada *Estrada Real de Goiás*, atravessava a região do vale dos rios Uberabinha e Tejuco, abrangendo as localidades onde encontram-se atualmente Monte Alegre de Minas e Itumbiara (GO). Ambas as estradas reais destinavam-se à região aurífera de Vila Boa, Capitania de Goiás.

Os mapas abaixo reconstituem e demonstram a movimentação humana e migratória ocorrida na região em estudo, durante o século XVIII e meados do XIX. Tais movimentos vão delinear o surgimento dos primeiros núcleos populacionais, cerne dos futuros distritos e vilas do *Sertão da Farinha Podre*:



Mapa1: Estrada do Anhanguera ou dos Goiaes (1736)

Fontes: D' Alincourt (1975), Saint-Hilaire (1975), Eschwege (1996), IBGE (1972) – *A Oeste das Minas – Escravos, Índios e homens livres* Numa fronteira oitocentista – *Triângulo Mineiro (1750/1861)* Página. 35. Autor: LOURENÇO, L.A.B (2002)



Mapa2: Estrada Real de Goiás – trajeto
Monte Alegre/ Itumbiara (GO)
Fontes: Barbosa (1995) – Ibidem (p. 228)
Autor: LOURENÇO, L.A.B (2002).

O *Sertão da Farinha Podre* foi, primitivamente, habitado pelos índios da nação Caiapó, que ocupavam o mesmo território às margens dos rios Grande, Paranaíba e seus afluentes. O avanço dos bandeirantes em busca do ouro goiano e da escravização do gentio silvícola provocaram a formação de vários aldeamentos edificadas nas imediações das estradas reais, na tentativa de uma segregação catequética. A procura por sesmarias além do *julgado*⁵ do Desemboque também estimulou a ocupação efetiva do extremo oeste das Minas, principalmente por líderes de clãs parentais que visavam novas atividades econômicas, como a agropecuária, evidenciada após o esgotamento do ouro na Capitania.

Essa penetração mais agressiva no território da *Farinha Podre*, promovida principalmente por homens oriundos do leste das Minas, em meados do século XIX, provocou definitivamente a diáspora dos índios Caiapós, que não se deixaram escravizar-se e rumaram para outras regiões limítrofes do mesmo território, acarretando a extinção de sua cultura. Com a ocupação das terras - outrora habitadas pelos nativos -

⁵ Território de Jurisdição de Juiz Municipal.

por parte de bandeirantes e posseiros, iniciava-se a formação das grandes propriedades fundiárias, pilar de sustentação para o irromper das oligarquias locais.

Ainda acerca da ocupação do *Sertão da Farinha Podre*, Luís A.B. Lourenço, comenta que:

Em 1807, uma incursão formada por seis sertanistas e seus dependentes avançou a oeste do Desemboque, retornando com boas notícias sobre a presença de terras de Cultura (SILVA, 1970). No mesmo ano, José Francisco Azevedo, natural de Bambuí e estabelecido no Desemboque, tomou posse de uma sesmaria nas cabeceiras do Ribeirão Lajeado e iniciou a fundação de um arraial, com capela dedicada a Santo Antônio e São Sebastião, que passou a ser conhecido como Arraial da Capelinha (PONTES, 1978). Nos anos seguintes, nos arredores de Capelinha, muitos geralistas criadores de gado foram se estabelecendo por causa das fontes minerais salitrosas (ESCHWEGE, 1996). [...] O sargento-mor Antonio Eustáquio da Silva Oliveira, natural de Casa Branca (arraial próximo a Vila Rica) e morador do Desemboque, organizou uma entrada com 30 sertanistas que ultrapassou a faixa de terras dos índios em torno da Estrada do Anhanguera, e avançou até o rio Paranaíba. Na metade do percurso, próximo ao rio da Prata, escolheu o sítio para o patrimônio do futuro arraial de Nossa Senhora do Carmo⁶ de Dois Morrinhos.⁷

As terras da *Farinha Podre*, usurpadas dos índios Caiapós com o beneplácito do governo provincial das Minas e de Goiás, na época joanina, contou com a nomeação do sargento-mor *Antonio Eustáquio da Silveira* para o cargo de *Comandante Regente do Sertão da Farinha Podre*, em 27 de Outubro de 1809, no intuito de implementar a posse e a colonização efetivas da região.⁸

Várias famílias ligadas a Antônio Eustáquio da Silveira ou a outros grupos parentais do Desemboque e do leste das Minas apoderaram-se de várias extensões territoriais, culminando, *a posteriori*, na fundação de inúmeros povoados. É interessante salientar que a maioria dos vilarejos surgidos no início do século XIX, no *Sertão da Farinha Podre*, tinha como peculiaridade entre seus fundadores o caráter tradicional da *família patriarcal* e seus “chefes”, funcionando como embrião formador dos líderes políticos locais, ou seja, *os Coronéis*.

O aspecto religioso foi outro fator crucial que estimulou o aparecimento dos povoados da *Farinha Podre*, uma vez que, em cada sesmaria ocupada, era comum

⁶ Atual cidade do Prata – MG.

⁷ Lourenço, L.A.B. *A Oeste das Minas – Escravos, Índios e Homens Livres numa Fronteira Oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: Edufu, 2002, p. 83-84.

⁸ ARANTES, J. *Como Fizeram Monte Alegre*. Uberlândia: Ubergral, 1970, p.3 e 4.

erigir-se uma capela em homenagem ou agradecimento ao *santo* de devoção (ou do dia) do grupo parental fundador. Basta verificarmos alguns nomes originais dos povoados da região para respaldar tal assertiva: *Nossa Senhora do Carmo dos Dois Morrinhos* (atual cidade do Prata), *São Francisco das Chagas de Monte Alegre* (atual cidade de Monte Alegre de Minas) e *São José do Tejuco* (atual cidade de Ituiutaba –MG), etc.

Em torno dessas capelas desenvolveram-se as relações políticas, sociais e religiosas que gravitavam ao redor dos líderes das famílias. Alguns desses líderes detinham patentes militares e a posse de extensas glebas de terra concedidas pela Coroa Portuguesa. Os referidos chefes dessas parentelas constituir-se-ão no protótipo do mandatário municipal, ascendente direto do oligarca da República Velha.

O que sustentou a edificação da maioria dos povoados, e das futuras oligarquias do extremo oeste das Minas, foi a estrutura familiar dos primeiros “desbravadores”, pois:

[...] os laços de parentesco eram importantes em todas as fases do processo, desde a organização das expedições sertanistas até o assentamento das fazendas e arraiais. Normalmente, após um pioneiro tomar posse das novas terras, voltava ao núcleo de origem para trazer sua família – esposa, filhos, dependentes e escravos, se os tivesse – para iniciar a estruturação do sítio ou fazenda. Após algum tempo, uma vez constituída a unidade produtiva, o pioneiro poderia retornar várias vezes à região de origem para buscar parentes (consangüíneos ou rituais), para que se estabelecessem nas vizinhanças.⁹

A formação do povoado de *São Francisco das Chagas de Monte Alegre*, ocorrido na primeira metade do século XIX, não difere dos demais núcleos populacionais gestados na mesma época, a não ser pelo fato de que a família fundadora do local tinha como destino a capitania de Goiás e suas terras devolutas. Localizado entre os rios Paranaíba, Tejuco, Uberabinha e a *Estrada Real de Goiás*, o futuro arraial desenvolveu-se sob signo da religiosidade, em função da enfermidade de um dos membros da família que transitava pela região e a promessa feita ao “santo protetor”, caso o mesmo fosse curado.

De acordo com o memorialista *Jerônimo Arantes*:

⁹ LOURENÇO, L.A.B. *A Oeste das Minas – Escravos, Índios e Homens Livres numa Fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro 91750-1861*. Uberlândia: Edufu, 2002, p.84.

[...] Quando a Caravana alcança o ponto do caminho onde fica hoje a cidade, adoeceu gravemente um de seus membros, motivando essa fatalidade uma parada obrigatória de alguns meses na localidade. Sem recursos de remédios que o caso exigia, para combater-se a enfermidade, fervorosos devotos que eram de São Francisco das Chagas, o chefe da família fez então uma promessa ao santo, de doar naquela localidade um terreno para patrimônio de uma capela, que ali seria edificada em seu louvor, caso o doente recebesse o milagre da cura. Foi recebida a graça suplicada ao milagroso santo. Por esse motivo resolveu a família não seguir viagem, que faria depois posta em prática o que havia prometido, temendo o castigo do santo se não cumprisse promessa.¹⁰

O assentamento da mencionada família atraiu outras parentelas lideradas por *Antônio Luiz Pereira, Gonçalves da Costa, Martim de Sá e Manoel Feliz*¹¹, que resolveram fixar-se no local e explorar suas terras. Através da Lei Provincial nº 28 de 2 de Fevereiro de 1836¹², *O Distrito de Paz de São Francisco das Chagas de Monte Alegre* passou a pertencer à *Vila de Santo Antônio de Uberaba*, instituindo, através de um ato do poder público, um marco que possibilita resgatar o início das atividades administrativas do futuro município.

Sabe-se que 1836 é uma data que a documentação oficial nos oferece, porém o aglomerado humano no local remonta ao período joanino, não havendo como precisar com exatidão, a fundação de *São Francisco das Chagas de Monte Alegre*.

A partir da segunda década do século XIX, uma nova leva familiar aporta no povoado. São os *Vilellas de Andrade, Soares Parreria e Ribeiro Guimarães*, dos quais sairão os homens que assumirão o comando das futuras oligarquias locais.

Entre 1836 e 1870, *São Francisco das Chagas de Monte Alegre* passa pelas categorias de *Distrito, Paróquia e Vila*, do termo de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos do Prata (Lei Provincial nº. 668 de 27 de Abril e 1854)¹³; em 1865 é instalado o novo distrito, presidido pelo Sr. *Antônio Fernandes Vilella de Andrade*, eleito o primeiro juiz de Paz. Segue abaixo, transcrição de trecho da ata de audiência:

São Francisco das Chagas de Monte Alegre, Termo da vila do Prata, comarca do Paraná, Província de Minas Gerais.

¹⁰ ARANTES, J. *Como Fizeram Monte Alegre*. Uberlândia: Ubergral, 1970, p.3/4.

¹¹ Ibidem, p.4.

¹² Ibidem, p.5.

¹³ Ibidem, p.5.

Primeira audiência em 28 de Agosto de 1865.
1º Juiz de Paz Antônio Fernandes Vilella de Andrade.

Nada houve.
Para constar mandou o juiz lavrar este Termo em que assigna.

Juiz Vilella
*Escrivão interino Francisco Machado Barros.*¹⁴

A ata de audiência correspondente à instalação do *distrito* e a elevação à categoria de *Vila* aponta para a hegemonia política e social da família *Vilella de Andrade* no cenário de São Francisco das Chagas de Monte Alegre, durante a escalada rumo à autonomia da futura comarca. A nomeação de *Antônio Fernandes Vilella de Andrade*, como o primeiro juiz do distrito, corrobora a tese de que o mesmo é o primeiro membro dos clãs familiares locais a ascender ao poder público patrocinado pelo Estado. Todavia, com a instituição da primeira Câmara Municipal, os clãs parentais oficializar-se-ão seu poder pessoal, esboçando a íntima relação travada com as instâncias superiores do governo provincial.

Em 16 de Setembro de 1870, a Lei Provincial n.º 1664 elevou o distrito de São Francisco das Chagas de Monte Alegre à categoria de Vila, criando um novo município e sua respectiva Câmara. Como primeiro trabalho da nova instituição político-administrativa foram eleitos os vereadores e seu primeiro *presidente e agente executivo*: *Antônio Fernandes Vilella de Andrade*. O mesmo já acumulava a função de Juiz de Paz.

Dentre os vereadores eleitos, constatamos a presença de representantes das famílias *Rezende*, *Martins de Sá*, *Paiva*, *Vieira*, *Pereira*, *Fontoura* e *Pires*, pertencentes aos principais grupos familiares do novo município. *Cid Rebelo Horta*, em sua obra *Famílias Governamentais de Minas Gerais* observa que:

A história política de Minas é, pois, num largo sentido, a história de suas grandes famílias que fazem o jogo de cena política desde a colônia. Vimos como se formaram em torno de 'datas', e, depois, das grandes propriedades rurais. Constituídas do entrelaçamento de três e mais 'famílias nucleares', as 'famílias extensas' mineiras formavam como que círculos endogâmicos. Cada círculo era a área social de uma vasta parentela contígua num largo domínio da terra. Num círculo, por mais fechado que fosse, sempre

¹⁴ Ibidem, p.6.

*apareceria um membro mais ousado que ia ligar-se, por laços de casamento, com outro círculo socialmente vizinho.*¹⁵

Uma análise mais acurada dos clãs *Vilella* e *Parreira*, a partir de um estudo da figura do *Cel. Antônio Fernandes Vilella de Andrade* e o *solar da família*, é o tema do próximo capítulo.

¹⁵ HORTA, C.R. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1956, p.59.

Capítulo II.
O Solar do Clã Vilela Parreira: Família, Poder e Imaginário.

Casa Velha [...]

**Olho e vejo tua ancianidade vigorosa e sã.
Revejo teu corpo patinado pelo tempo [...]
Algum dia cerimonial foste casa nova, num
tempo perdido do passado [...]**

Casa Velha [...]

**Velho documentário de passados tempos,
vertente viva de estórias e de lendas [...]**

**Casa Velha [...], és para o meu
cântico ancestral uma benção madrinha do
passado.¹**

(Cora Coralina)

II. 1 – O Solar: poder e imaginário.

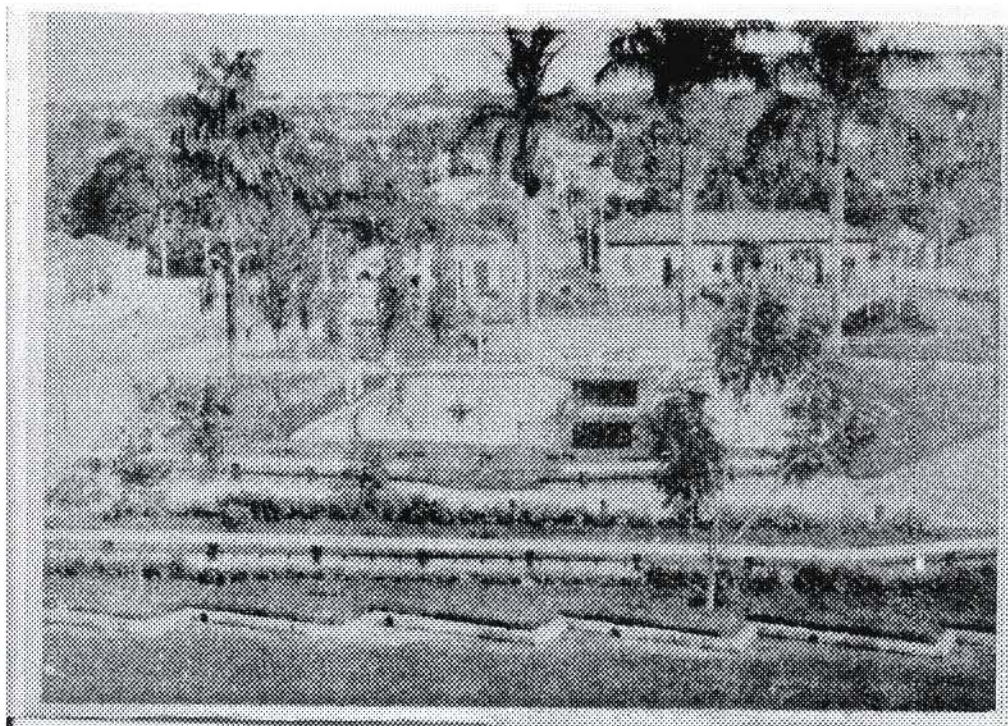


Foto 01: Solar da Família *Vilella Parreira*, defronte à praça *Nicanor Parreira*. Autoria desconhecida, 1970. Fonte: Arantes, *Como Fizeram Monte Alegre*. Uberlândia: Ubergral. Capa.

¹ CORALINA, Cora. *Estórias da Casa Velha da Ponte*. São Paulo: Global Editora, 2000, p.7, 8 e 12.

Situada na área central da cidade de Monte Alegre de Minas, mais precisamente defronte à Praça *Nicanor Parreira* e à Igreja Matriz de São Francisco das Chagas, a residência da família *Vilela Parreira* destaca-se (e destoa) da paisagem urbana local. Seus traços arquitetônicos, de influência colonial, traduzem uma imponência tipicamente herdada das *casas senhoriais* edificadas no Brasil a partir do final do século XVI, com a intensificação do povoamento, impulsionado pela Coroa Portuguesa, principalmente na região dos engenhos de açúcar do Nordeste.

A casa senhorial nordestina, inspirada nas tradições lusas, incluindo os excessos do estilo barroco dos séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se nos trópicos adquirindo “feições próprias”, aclimatando-se e servindo de modelo para a construção das demais moradias dos *homens bons*² de outras capitanias. A casa senhorial, originalmente rural, adquiriu feições de *sede* do poder privado do *pater familias* e de seus dependentes diretos, indiretos e cativos, tornando-se a *casa-grande*.

Para Bittar e Veríssimo:

[...] comentar a evolução do espaço de morar é percorrer os corredores das transformações da família brasileira ao longo destes cinco séculos [...] A casa portuguesa representada através de estereótipo – Casinha caiada, estreita – também não veio de forma unificada para a colônia. Dependia de quem era seu ocupante, sua origem, seu nível de conhecimento e seu ‘status’ [...] Do somatório dessas influências nasceu a casa no Brasil, de feitio único e muito bem adaptada à realidade social e geográfica. Esse modelo espalhou-se rapidamente pelo vasto território brasileiro e perpetuou-se através dos tempos, sem perder sua identidade.³

Em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1936), Gilberto Freyre apresenta-nos uma vasta reprodução iconográfica de casas senhoriais dos engenhos de Pernambuco, remanescentes do período colonial ao imperial, e uma análise, mesmo que *en passant*, contribui para demonstrar as similaridades existentes entre as residências patriarcais das diversas regiões do país, constituindo-se na *arquitetura do poder*.

² Homens respeitáveis e de posses em seus logradouros e que exerciam, geralmente funções administrativas durante o Período Colonial.

³ VERÍSSIMO, F.S. & BITTAR, M.S.W. *500 Anos de Casa no Brasil – As Transformações da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999, p. 17 e 21.

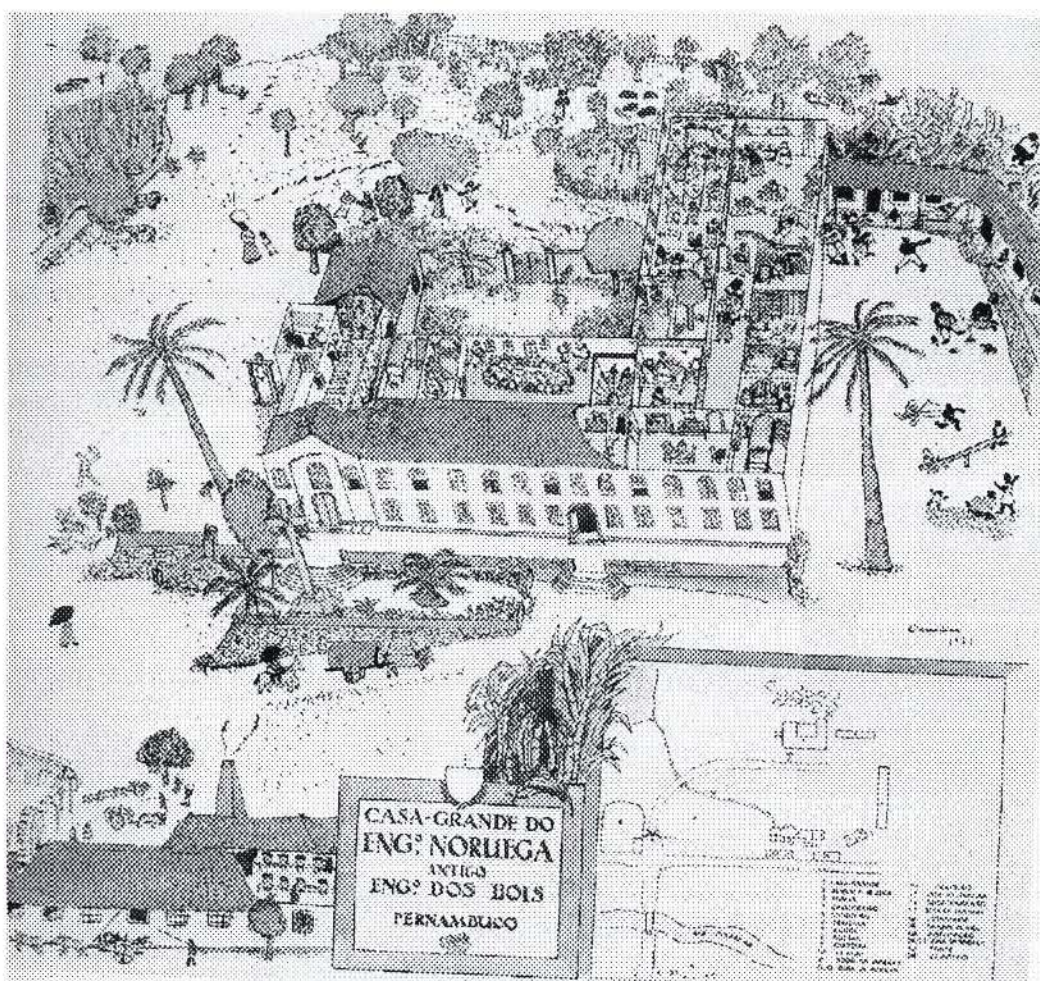


Figura 01: Casa Grande do Engenho Noruega (Pernambuco). Fonte: *Antigos Engenhos de Açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p.41. Autor: extraído do prefácio de Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre.

A casa da família *Vilella Parreira*, um dos objetos de estudo desse capítulo, possui peculiaridades intrinsecamente ligadas à tradição das moradias de outras localidades do Brasil, com reminiscências ao poder emanado pelos clãs familiares rurais. A *Casa Grande* do Engenho Noruega (antigo Engenho dos Bois, figura nº 01), em Pernambuco, possui a forma de uma letra “L” ao contrário e grande quantidade de janelas e portas, assemelhando-se muito ao solar dos *Vilella Parreira*; o que as difere é o segundo andar da casa (*o sobrado*), a capela e a senzala, itens característicos da sede dos latifúndios canavieiros.

Da mesma forma, a casa dos *Vilella Parreira* assemelha-se a uma letra “L” na posição correta. É grandiosa, tem dezoito cômodos internos, vinte e três janelas e cinco portas externas, além de um *atrium* de pedras *gneiss* que dá acesso aos porões, ao tanque e ao enorme quintal, resquício de ruralidade.



Foto 02: Solar dos *Vilella Parreira* em Monte Alegre e Minas (MG), ano 2000. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo da família *Vilella Parreira*.

Construída em 1865⁴ por *Antônio Fernandes Vilella de Andrade*, (um dos membros do clã parental estudado), a referida casa conserva atributos da casa grande patriarcal, todavia, inserida no contexto urbano de Monte Alegre de Minas. Essa ambivalência, sinônimo das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, que vivenciou o ocaso do Segundo Império e a instauração da República, conduziu as oligarquias agrárias a buscarem uma renovação e readaptação aos “novos tempos” que o regime apregoava, embasado pelo discurso inovador da *modernidade* e do *progresso*.

O solar dos *Vilella Parreira* é um elo que representa essa transição que demarca a passagem gradual das oligarquias rurais para o meio urbano, aliando-se a segmentos de uma burguesia em formação e ao *bacharelismo*, cooptado do próprio seio parental no final do século XIX e acentuadamente durante a Primeira República.

Retornado à comparação entre as vivendas coloniais e a casa da família *Vilella Parreira*, ancorado na argumentação de *Gilberto Freyre*,

A Casa-Grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político [...] A verdade é que em torno dos senhores de

⁴ Dados coletados no arquivo pessoal do Sr. *Gladstone Vilella Parreira*, cedido ao acervo da Secretaria de Cultura/Monte Alegre – MG.

*engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América hispânica; e esse tipo de civilização, ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas grandes. Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes [...]*⁵

A arquitetura colonial conduziu o estilo das vivendas patriarcais nos mais remotos e díspares lugares do Brasil, criando uma espécie de arquétipo para o espaço de morar das numerosas famílias clânicas. A característica marcante que podemos vislumbrar na maioria das aludidas casas é a *grandiosidade* de suas edificações.

O solar do clã *Vilella Parreira*, apesar de sua aparente simplicidade arquitetônica (se compararmos às residências das elites nordestinas ou do Vale do Paraíba), chama-nos a atenção para o aspecto “sisudo” de seus contornos, repletos de ecos da relação de seus antigos moradores com o poder local.

O espaço onde se encontra edificada a casa dos *Vilella Parreira* aponta para as dimensões propostas pelo poder; nesse caso é a construção de uma casa senhorial em frente à igreja, em uma simetria entre o poder *temporal*, oligárquico e familiar com o poder *celestial*.

O geógrafo *Bustamante Lourenço* afirma que,

*À medida que o arraial crescia, o terreiro e a capela transformava-se na praça da matriz (grifo nosso), centro geométrico econômico e político do povoado. Nos primeiros tempos dos arraiais e vilas oitocentistas, as casas de morada das famílias de maior distinção eram quase sempre, erguidas no largo da matriz, voltadas para a igreja. Nessa sociedade de ordens rigidamente hierarquizadas, morar em frente ao templo conferia prestígio ao morador. Não só nesse caso, o lugar ocupado pelos grupos, em relação ao sagrado (grifo nosso), era uma forma de reiterar as hierarquias sociais.*⁶

Ao adentrar-se pela casa em estudo, com um olhar aguçado apenas para sua beleza arquitetônica colonial, oitocentista, muitos detalhes podem passar despercebidos. Parafraseando as belas palavras da poetisa goiana *Cora Coralina*, que servem de epígrafe para este capítulo, a “ancianidade, vigorosa e sã” da residência da família *Vilella Parreira* pode camuflar o que um olhar mais atento pode perceber acerca de um *locus* repleto de significados e significantes. Suas imensas portas e janelas, sustentadas por colunas de madeira, sugerem algo como um “acordo” com o tempo.

⁵ FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil – I*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 49, 54 e 55.

⁶ LOURENÇO, L.A.B. *A oeste das Minas-Escravos, Índios e Homens Livres Numa Fronteira Oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: Edufu, 2002, p. 212.

Outro olhar, simplesmente guiado pela emoção, despertaria algum tipo de nostalgia, ou talvez, recordações de “outras épocas”. Todavia, uma esmerada *observação participante*, como diz o jargão utilizado pelos antropólogos, resgata uma gama considerável dos aspectos históricos do imóvel em estudo e sua relação com a sociedade local, além das conotações sócio-políticas, econômicas e culturais que perpassam pelo âmbito regional e nacional.

Um dos clãs familiares mais tradicionais da região de São Francisco das Chagas de Monte Alegre, os *Vilella de Andrade*, construíram a casa solarenga em análise, já inseridos no contexto do poder local em meados da segunda metade do século XIX. Posteriormente, unem-se a outra parentela, os *Parreira*, através do matrimônio de membros de suas proles, formando um dos grupos oligárquicos que exerceram o domínio político no município de 1872 a 1970. O solar dos *Vilella Parreira*, então, assume perante o imaginário social e político das próprias elites e do povo, uma simbologia como *foco irradiador* do poder pessoal das parentelas coronelistas, amparado pelas tradições trazidas pelos chefes dos clãs que se apossaram das terras das antigas Sesmarias do Serão da Farinha Podre, no período joanino.

A moradia desses *chefes* de parentelas, os futuros coronéis da República Velha, sempre despertou o imaginário da população rural e urbana. Esse imaginário remete-nos à idéia de respeito, temor ou admiração por tais casas suntuosas, onde residiam os homens que, com seu poder econômico, social, e sobretudo, pessoal, comandavam a “grande” *família municipal*, em estreita colaboração com os *chefes* estaduais.

Para as massas populares desse período histórico, com um imaginário político e social profundamente arraigado a um passado colonial, escravista, agrário e senhorial, as alterações advindas com a crescente urbanização do país em fins do século XIX não conseguiram extirpar de grande parcela do ideário coletivo a questão do mandonismo local, associado ao paternalismo clânico e oligárquico. Tal poder era materializado e representado pela *casa grande* rural e urbana.

Nessa época de transição:

Á gente do povo não passou despercebida a transferência de poder de uns edificios para outros. Mas de tal modo se habituaram ao prestígio das casas-grandes patriarcais que, em algumas provincias, os palácios dos presidentes ficaram conhecidos pelas 'casas grandes do governo'; e em quase todas parece que o povo custou admitir nos bacharéis, nos doutores e até nos barões e nos bispos, a mesma importância que nos 'capitães-mores' ou nos 'sargentos-mores'. Ainda hoje sobrevive a mística popular no Brasil

*em torno dos títulos militares: para a imaginação da gente do povo o Messias, a salvar o Brasil será antes um Senhor capitão ou um Senhor General [...]*⁷

A assertiva de Gilberto Freyre demonstra o quanto o imaginário político e social da população brasileira no fim do regime imperial e durante a República Velha foi influenciado pelo sistema político oligárquico, patriarcal e coronelista, não havendo distinção entre o poder exercido nas esferas pública e privada. Para o povo, os homens que habitavam as *casas-grandes* seriam sempre aqueles que conduziam o processo político e social ou *apadrinhavam* novos membros da comunidade a qual estavam inseridos. Certamente, tais membros emergiam das próprias parentelas clânicas.

O solar da família *Vilella Parreira* é um “monumento” arquitetônico incrustado no centro da cidade de Monte Alegre de Minas; um monumento que nos remete aos primórdios do vilarejo de *São Francisco das Chagas de Monte Alegre* e a formação política e social da região pontal de Minas e aponta para as relações de poder entre famílias clânicas e a organização de seus territórios de influência e mando.

A casa senhorial dos *Vilella Parreira* representa, ainda, a legitimação e a “materialização” das instâncias do poder local perante a imaginação social e política da coletividade. Sua exuberância e rigidez propõem a manutenção do *status quo* de seus habitantes; do interior dessa casa, gerações de um clã familiar comandaram o município e seus protegidos.

O poder familiar desenvolvido no âmago das oligarquias, imiscui-se com a religiosidade propalada pela fé católica e aos severos códigos morais e de honra, abonados pelo chefe das numerosas proles. O chefe familiar e político, em questão, residente em casas como a dos *Vilella Parreira* era, na maioria das vezes detentor de alguma patente militar, adquirida nas milícias da Guarda Nacional, “comprada” ou “honorífica” (quando a população o “alcunhava” de Coronel). Essas “patentes” militares, principalmente após a proclamação da República, assumiram *status* de títulos nobiliárquicos, em uma sociedade altamente hierarquizada e centrada nos valores da tradicional família patriarcal.

Várias questões ligadas ao imaginário são resgatadas através do estudo emblemática e bela casa dos *Vilella Parreira*; a mesma funcionou como reduto catalisador das forças políticas e sociais que estruturou a vida do município e da nação,

⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcalismo Rural e Desenvolvimento do Urbano*. II Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p.582.

do final do século XIX às cinco primeiras décadas do século XX. Em seu texto, *Imaginação Social*, Bronislaw Baczco considera que:

[...] Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente, o poder político, se radear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico [...] através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e imprime crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento; designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súbdito' o 'guerreiro corajoso', etc; Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma 'ordem' em que cada elemento encontra o 'seu lugar', a sua identidade e a sua razão de ser [...]⁸

A simbologia que a casa dos *Vilella Parreira* desperta vai de encontro com o pensamento de Baczco sobre a imaginação social arquitetada ao longo da história; no Brasil, o imaginário foi construído pelos tipos humanos que o formaram, carregados de elementos provenientes do arcaísmo colonial e da formação católica ibérica.

A feição arquitetônica de uma casa senhorial do século XIX ou de um espaço urbano revela as nuances do poder local outrora estabelecido, mas com incursões na atualidade. A construção das ideologias e mitologias políticas como o *coronelismo*, também, provém do imaginário que circunda o poder pessoal das famílias clânicas.

Baczco salienta que:

[...] Não esqueçamos também que, nos tempos modernos, os mitos políticos propriamente ditos [cf. Tudor: 1972], as ideologias e as utopias formam lugares privilegiados em que constituem os discursos que veiculam os imaginários sociais. Por fim, não esqueçamos que estes imaginários empregam facilmente as linguagens mais diversas: religiosa e filosófica, política e arquitetônica (grifo nosso), etc. Apenas um último exemplo: todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço [...] A arquitetura (grifo nosso) traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando-se para isso a escala monumental, os materiais nobres, etc.⁹

⁸ BACZCO, B. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi: Vol. 5 – Anthropos – Homem. Rio de Janeiro/ Lisboa: Casa da Moeda Nacional (Imp. Nacional), 1985, p. 297 e 309.

⁹ Ibidem, p. 312 e 313.

No caso específico da vivenda dos *Vilella Parreira*, os “materiais nobres” utilizados na sua construção foram as pedras *tapanhoacangas*, a madeira de aroeira e angico, que a sustenta desde os porões até à cumeeira, e as paredes de tijolos de adobe. Essa “rudeza” material redundou numa *casa-fortaleza*, grandiloquente, e dela saíram gerações de homens que se inscreveram na história do mandonismo local e da hegemonia familiar e oligárquica no Triângulo Mineiro, entre o final do século XIX até 1971.

II – 2. O Clã Vilella Parreira.

De conformidade com o *Dicionário das Famílias Brasileiras*, o sobrenome *Vilella* é de:

*[...] origem geográfica, tomando de umas freguesias desse nome existentes em alguns conselhos de Portugal. A palavra significa vila pequena (grifo nosso). Documentado como Uillella (grifo nosso) em 968 e 1092 (Antenor Nascentes, II, 316. Anuário Genealógico Latino, IV, 31). Em Espanha, a linhagem Vilella (grifo nosso) cujos membros se inscrevem em diversos documentos indistintamente com a variante Billela (grifo nosso), sendo ambas formas denominações distintas para o mesmo apelido, que é de origem vasca.*¹⁰

O sobrenome *Parreira* é, igualmente “[...] de origem geográfica. Rio de Janeiro a partir de 1674”¹¹. Os *Vilella de Andrade*, tronco genealógico inicial da família em estudo são provenientes do estado de:

*[...] Minas Gerais. Família de abastados proprietários de Fazenda de Café [...] A união dos sobrenomes ocorreu por mais de uma vez. Entre outras: [...] II. José Vilella dos Reis [c.1799- ?], filho do capitão Francisco Tomaz Vilella e de Joaquina Tomazia dos Reis, patriarcas da família Vilella dos Reis de Minas Gerais. Ficou conhecido por José Vilella do Espreado e foi fazendeiro em São Vicente Ferrer. Deixou numerosa geração de seu casamento em 1824, Carrancas (MG) com Francisca de Paula de Andrade, filha de Francisco José de Andrade Melo [...] de São Vicente Ferrer (MG), e de Ana Rosa de Paiva.*¹²

¹⁰ BARATA, C.E.A & BUENO, A.H.C. *Dicionário das Famílias Brasileiras. Vol II.* São Paulo: Originis X, 1999, p. 2284.

¹¹ Ibidem, p. 1713.

¹² Ibidem, p. 2284.

Os parques arquivos da família *Vilella Parreira* e os depoimentos orais de alguns integrantes da mesma reforçam a origem lusitana do clã, oriundos de *Braga* e *São José D'Abrantes*. O percurso dos ancestrais da família no território brasileiro rumo ao “pontal triangulino” é incerta e sem comprovação documental. Diante desse fato, a informação do dicionário das famílias brasileiras traça um paralelo com os dados coletados. Sabe-se que, em meados do século XIX, *Rita Porfírio de Andrade* (viúva de *Fernando Vilella dos Reis*), migrou para o Sertão da Farinha Podre, proveniente de Lavras (MG); o *coronel Antônio Fernandes Vilella de Andrade* (1835-1907) era um de seus filhos.

O movimento migratório efetuado por Rita Porfírio de Andrade, em direção ao atual Triângulo Mineiro fazia parte das levas de grupos parentais provenientes de outras localidades das Minas que visavam novas atividades econômicas ou a posse de terras. Partindo da perspicaz observação de *Oliveira Vianna* acerca desses grupos familiares, deduz-se que:

Em Minas [...] Os elementos que formam a base histórica da população não são fidalgos de raça, mas sadios campônios do Douro, do Minho e das Beiras; sérios, sóbrios, honrados, de feitura patriarcal e índole plácida [...] Eles é que, caldeirando-se com o primitivo paulista, constituem o cerne ethnico do povo mineiro, tal como aparece no IV século.^{13 14}

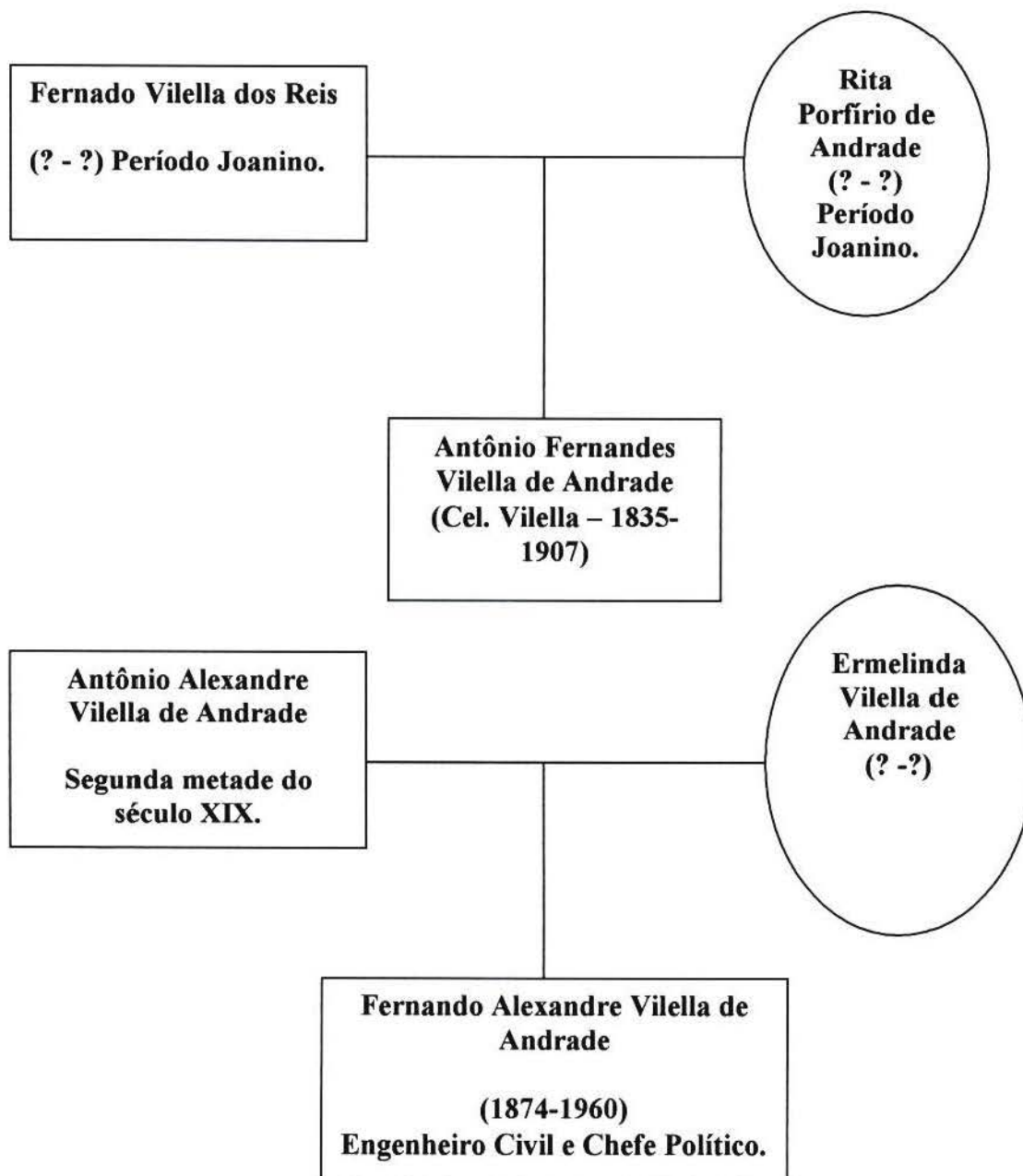
A trajetória da família *Vilella de Andrade* em *São Francisco das Chagas de Monte Alegre* é representativa na figura proeminente do *Coronel Antônio Fernandes Vilella de Andrade* que, em 1861, casou-se com Leonissa Cândida e tiveram nove filhos; proeminente no que diz respeito à sua atuação política e social que o conduziu ao poder provincial, alicerçado na sua tradição pessoal. Como podemos notar, na década de 1860 já figurava na documentação da Câmara Municipal como emérito cidadão e Juiz de Paz. Posteriormente, ocupou o cargo de Agente Executivo e Presidente do mesmo órgão.

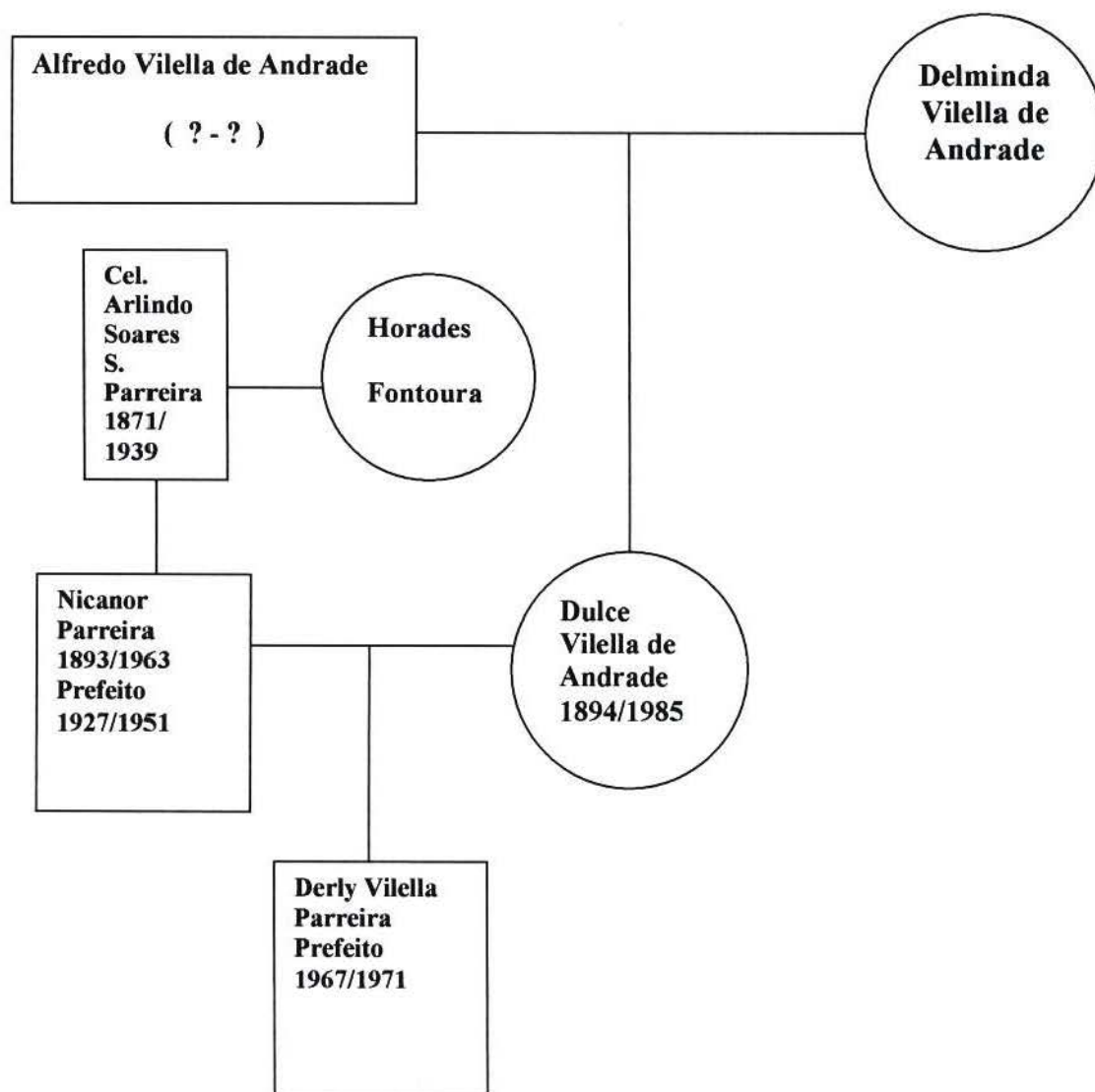
¹³ Oliveira Vianna refere-se ao quarto século numa alusão ao século XIX. Para o autor, o período colonial brasileiro inicia-se com o século I (séc. XVI), particularizando nossa história numa linha de tempo diferenciada.

¹⁴ VIANNA, F.J. O. *Populações Meridionaes do Brasil (História – Organização Psicologia)*. I Vol. São Paulo: Editora Garnier, 1918, p.49.

Com a emancipação política da Vila de São Francisco das Chagas de Monte Alegre, ocorrida em 16/09/1870, o *Coronel Vilella* (como era conhecido) assume por diversas vezes “a direção” do município, ora como magistrado, ora como chefe político.

A família *Vilella de Andrade* através de casamentos endogâmicos esboçaria o futuro clã parental dos *Vilella Parreira*, conforme a esquematização abaixo, salientando os membros analisados nesse estudo:





Como frisou *Oliveira Vianna*, as famílias mineiras do início da era oitocentista eram simples e de forte caráter patriarcal. A ocupação do oeste das Minas trouxe levas de homens e suas famílias em busca de terras, de poder e ascensão social e política.

A família *Vilella de Andrade*, representada inicialmente pelo *Coronel Vilella*, é um ícone dentre os grupos parentais que povoaram o Sertão da Farinha Podre no início do século XIX, constituindo extensas propriedades rurais que, posteriormente, foram aglomerando pessoas, possibilitando a edificação de capelas e povoados.

A figura do *Coronel Vilella* surge como o tronco inicial da genealogia estudada, com vínculos ao poder local. Sua atuação como Juiz de Paz, Presidente da Câmara, Agente Executivo e chefe familiar atesta sua liderança sobre as oligarquias municipais. Suas atividades no município de São Francisco das Chagas de Monte Alegre abrangeram parte do Segundo Reinado até 1889; após tal data não foi localizada

nenhuma documentação que comprove sua atuação política (há várias lacunas documentais nos arquivos atuais da prefeitura e câmara da referida cidade).

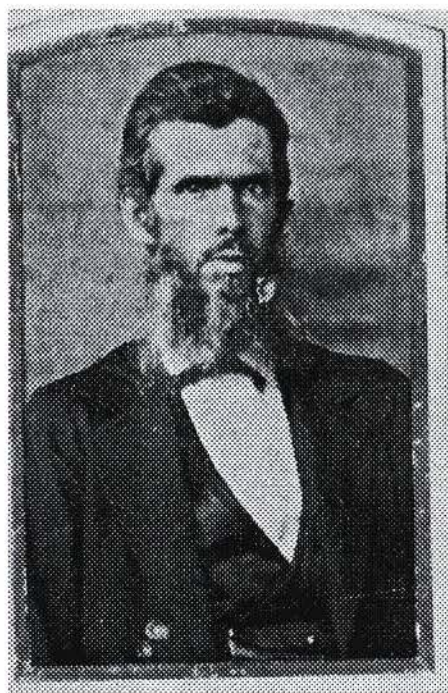


Foto 03: *Coronel Antônio Fernandes Vilella de Andrade*. Segunda metade do século XIX. Autor desconhecido. Fonte: Arquivo da família *Vilella Parreira*.



Foto 04: Primeiro veículo que chegou na cidade de Monte Alegre de Minas (MG), em 1912, através da estrada construída por *Fernando Alexandre Vilella de Andrade*. Fonte: Arantes (1970), *Como Fizeram Monte Alegre*. Uberlândia: Ubergral. p.5.

O coronel *Antônio Fernandes Vilella de Andrade* construiu o solar da família na década 1860, agregando na mesma *a posteriori* uma espécie de *sede* do clã familiar. De origem rural, e patriarcal, os *Vilella de Andrade* buscaram na “modernidade”, alardeada pela República de 1889, uma forma de revitalizar seu poder social e político, principalmente entre seus representantes mais jovens.

Através do *bacharelismo*, os velhos oligarcas inseriram seus filhos e “protegidos” no rol de uma elite supostamente mais intelectualizada e preparada para os “desafios” do séc. XX e a continuidade dos clãs no poder. A trajetória do Sr. *Fernando Alexandre Vilella de Andrade* (1874-1960), filho de Antônio Alexandre, formado em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo que construiu estradas para automóveis entre *Uberabinha* e Ituiutaba, passando por Monte Alegre, além de fundar a

primeira empresa de transporte da região conhecida por *Companhia Mineira de Auto Viação Municipal* (1912)¹⁵, é exemplar.

Apesar do discurso e das medidas *progressistas* e *modernizadoras*, *Fernando Vilella*, como era conhecido, pertencia às oligarquias locais, cujas ramificações estendiam-se às cidades vizinhas de Monte Alegre. O engenheiro mudou-se para *Vila Platina*¹⁶, em 1908 onde foi “eleito” Presidente e Agente Executivo Municipal.¹⁷

Na interpretação de *John Wirth*, o movimento no interior das oligarquias significava que:

*A elite estava ligada por extensos laços familiares [...] Por volta de 1890, contudo, e a não ser nas zonas mais isoladas, os velhos clãs passavam por céleres mudanças numa economia em expansão. Com efeito, o poder da família se estribava no poder econômico de modo que se registrava alguma mobilidade ascendente e descendente na hierarquia. Embora se o ufanasse das suas origens, a elite estava aberta ao dinheiro novo. Por sua vez a tarefa de ganhá-lo era facilitada pelos laços de parentesco, pelo filhotismo (grifo nosso), pelo genroísmo e pela proteção que dispensavam famílias estabelecidas; outros grupos sociais eram cooptados por um “clientelismo” difuso, que regulava as relações ao espectro social. Era muito pouco provável irromperem conflitos de classe nessas condições.*¹⁸

Em 1909, o *Cel. Arlindo Soares da S. Parreira* (1871/1939), representante de outra parentela, foi “eleito” Presidente e Agente Executivo do Município, revezando-se no poder local com as demais facções oligárquicas. Nesse entremeio, surge o jovem *Nicanor Parreira* (1893/1963), filho do Cel. Arlindo, e que despontaria como futuro chefe das parentelas locais, governando o município de 1927 a 1951 (com apenas alguns intervalos no final da década de 1940).

Figura atípica aos tradicionais políticos de sua família e região, que apoderaram-se das Sesmarias do Sertão da Farinha Podre, no início do séc. XIX, *Nicanor Parreira* era um indivíduo do meio urbano em expansão. Formou-se em Farmácia pela Faculdade de Ouro Preto (MG) em 1913, “remodelando” as velhas e ultrapassadas instituições

¹⁵ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. II. Vol. Uberlândia: Uberlândia Gráfica LTDA, 1970, p.183 e 184.

¹⁶ Atual cidade de Ituiutaba (MG).

¹⁷ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. II. Vol. Uberlândia: Uberlândia Gráfica LTDA, 1970, p. 185.

¹⁸ WIRTH, John. Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional 1889/1937. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira*. T.III. vol I. Rio de Janeiro: B.Brasil, 1997, p.87 e 88.

perpetradas pela Primeira República. Por outro lado, preservando as tradições familiares contrai núpcias, em 1914, com *D. Dulce Vilella de Andrade* (1894/1985), iniciando o *clã Vilella Parreira*, cuja hegemonia política e social no Município se estendeu até o final da década de 1960, com a última geração da família a instalar-se no governo da cidade, em plena ditadura militar.

Com relação às “mutações” verificadas no meio familiar das oligarquias parentais, *Maria Isaura P. Queiroz* diz que:

*A organização familiar, que vimos construir durante Colônia e Império, o núcleo da organização social brasileira não apresenta modificações sensíveis nos primeiros anos da república. Tinha havido durante o Império, um esboço de desagregação do domínio paterno quanto a liderança deixou de se basear simplesmente na força e no prestígio econômico, para ser condicionada também pela capacidade intelectual, principalmente no que diz respeito à Política [...] Estes novos líderes seguiam as pegadas dos antigos: ascensão conseguida pelo apoio de uma família de um clã [...]*¹⁹

A elite travestida pela retórica empolada e pseudo-inovadora dos *doutores* oligarcas procurava manter o *establishment*, substituindo o que era sinônimo de vetusto pelo “novo”. Todavia, o sistema patriarcal continuava a ditar os preceitos da hierarquia sócio-política, em muitos casos substituindo o antigo *coronel* pelo *doutor coronel* ou simplesmente pelo *coronel pharmaceutico*.

As famílias de numerosas proles, como a dos *Vilella Parreira*, simbolizavam o poder do chefe patriarcal, impondo respeitabilidade e denotando seu aspecto varonil perante a comunidade e as demais parentelas.

Nicanor Parreira representou o *velho e o novo*, diferindo-se dos tradicionais coronéis de mando pois era um bacharel e não possuía “patente” militar nem “honorífica”. Vivenciou uma época em que as oligarquias estavam no seu apogeu de comando e tornaram-se símbolo de atraso. Porém, com a famigerada “Revolução de 1930” que pretendia solapar o antigo sistema político, acabou inserido na *nova ordem* política da Era Vargas (1930/1945).

Tais famílias viviam a dualidade de seu tempo, entre o apego às velhas tradições e a modernização crescente propiciada pela industrialização e a urbanização. Entre os *Vilella Parreira* não era diferente. Atentos aos rumos do país e do mundo, veiculados pela imprensa, correio, telégrafo e o telefone, que encurtavam as distâncias e

¹⁹ QUEIROZ, M. I. P. de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros Ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p.136.

promoviam as discussões entre os membros da elite, propunham soluções diversas para as questões nacionais e municipais.

Entre os documentos analisados do arquivo da família *Vilella Parreira*, há uma carta que desperta muita atenção e curiosidade devido ao seu conteúdo extremamente rico em informações, comprovando a argumentação desenvolvida nos parágrafos anteriores sobre a ambigüidade do pensamento das elites oligárquicas, principalmente na década de 1910.

Escrita manualmente, em 8 laudas numeradas, com data de 11 de Janeiro de 1914 procedente de Franca (SP), destinada ao *Sr. Alfredo Vilella de Andrade* e remetida por seu tio *Thomé J. Vilella de Andrade*, dela extraímos alguns trechos:

Alfredo

[...]

Com a vontade que os moços geralmente têm de bem apprehender os conselhos dos velhos, esse a que me refiro conseguiu mais ou menos reter o meu pensamento, relativamente à situação calamitosa que se desenha nos horizontes negros da política tradicional ...

O momento que atravessamos nunca é muito repetir, está assinalado pro facto da maior gravidade para o nosso paiz, e só a fria impassibilidade da história será capaz discernir os seus pródronos e consequencias.

[...]

Para varrer os detritos e as podriqueiras de uma política tão mesquinha, talvez tenhamos que nos lavar ainda na borrasca das revoluções...

Para o povo, para a massa inconsciente, essa que não estuda e não comprehende os destinos para onde vão os ineptos que a dominam e governam [...]

[...]

Agrava o perigo de todos os nossos desmandos a crise financeira que avassála o mundo [...]

[...]

Mas deante de tantos males, qual o caminho a seguir? Se o nosso grande erro está em não sabermos escolher os nossos homens de governo, ou por outra na nossa incapacidade de os escolher, o mal ainda é por muito tempo duradouro...

Mas o povo tinha obrigação de erguer a sua vontade, de manifestar o seu brio.

Há uma grande divida a saldar! O Brasil tem para com Ruy Barbosa o compromisso sagrado de uma gratidão enorme que lhe deve.

[...]

O Dr. Wenceslau Braz poderia ter hoje um assomo de nobreza se quizesse abdicar a sua candidatura.

[...] O futuro do Brasil ainda é muito remoto, porque homens não vêem!

A missiva de *Thomé J. Vilella de Andrade* a seu sobrinho, escrita no início do ano de 1914, nove meses antes da deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), é permeada por um diagnóstico muito pessimista sobre a política nacional e a grave crise financeira herdada do governo *Mal. Hermes da Fonseca* (1910-1914). De foro particular, a carta é iniciada com o tom hierárquico das famílias patriarcais, quando o emitente escreve que « ...os moços geralmente têm de bem apprehender os conselhos dos velhos... », insinuando que seu sobrinho deveria acatar as idéias ou « conselhos » relatados.

Em 1914, as elites intelectuais e oligárquicas degladiavam-se pela sucessão presidencial do *Mal. Hermes da Fonseca*, movimentando os chefes regionais e estaduais. Vitoriosa, a ala ultra conservadora elegeu o *Sr. Venceslau Brás*, político mineiro, vice presidente de *Hermes da Fonseca*. *Thomé J. Vilella de Andrade* era uma pessoa instruída e altamente politizada. Seu texto é eloquente e tenta convencer seu sobrinho sobre a viabilidade de um governo chefiado por *Rui Barbosa*.

Para *Thomé J. Vilella de Andrade*, o desastroso governo de *Hermes da Fonseca* representava a *incompetência dos eleitores* para escolher os mandatários da nação ; uma nação onde a « massa » não estudava e por isso era inepta diante das atitudes insensatas dos governantes.

Contrário à candidatura de *Venceslau Brás*, à presidência da República, *Thomé J. Vilella de Andrade*, residente no estado de São Paulo, era ciente de que :

[...] A imposição da candidatura militar de Hermes da Fonseca, avalizada por Pinheiro Machado, provocou a reação de Rui Barbosa e a sua própria candidatura. Rui era apoiado por São Paulo, cujo presidente, Albuquerque Lins, figurou como vice, em sua chapa. Era tradicional a política do café-com-leite, ligando os dois maiores estados e cimentando o Convênio de Taubaté. Venceslau é solicitado a apoiar Rui. Mas rompe com São Paulo e apoia Hermes que lhe oferece a vice presidência. Não faltou a nenhum compromisso assumido e assegurou a Minas, primeiro a vice-presidência, depois a presidência, com seu nome.²¹

Diante do referido texto, em parte, podemos entender a aversão de *Thomé J. Vilella de Andrade* a *Venceslau Brás*, uma vez que era membro da elite oligárquica, provavelmente ligada ao P.R.P (Partido Republicano Paulista). Seu discurso *liberal* fala

²⁰ Documento original pertencente ao arquivo pessoal da família Vilella Parreira em Monte Alegre de Minas (MG), concedido pela *Sra. Elba Horades Vilella Parreira*.

²¹ SILVA, Hélio. *Os Presidentes – Venceslau Brás – 9º Presidente do Brasil 1914/1918*. São Paulo: Editora Três, 1983. p.19-20.

em *povo*, na *borrasca* das revoluções e na *alienação* política ; porém esse mesmo discurso trocado entre integrantes de um clã parental é perpassado por um interdiscurso elitista, intelectualizado e que faz apologia ao ideal político apresentado por Rui Barbosa, como *salvação* para o Brasil.

Ministro da Fazenda no primeiro governo republicano (1889-1891), Rui Barbosa promoveu uma desastrosa política econômica que acarretou um violento processo inflacionário conhecido por *Encilhamento*; a grande erudição, do então ministro, não foi capaz de barrar-lhe a ingenuidade de achar que poderia transformar rapidamente um país *agrário*, recém saído do *escravismo*, numa potência *industrial*.

O modelo político ambicionado por Rui Barbosa e vislumbrado por Thomé J. Vilella de Andrade em sua carta destinada ao sobrinho, fundamentava-se no:

*[...] modelo do político liberal e que se destacava por ser dono de uma cultura vista como excepcional, embora, justamente por isso, mal adaptada ao país [...] Tratava-se, contudo, do homem dos gabinetes, caricaturado, com enorme cabeça e cercado de livros, distante da realidade social sobre a qual teorizava [...]*²²

A carta de Thomé J. Vilella de Andrade, ainda evidencia o tradicional discurso das elites oligárquicas do início do século XX, que, preocupadas com o continuísmo de seus grupos no poder, eram incapazes de enxergar a verdadeira situação sócio econômica do país, em que nenhum erudito sem o conhecimento da realidade brasileira seria capaz de promover mudanças sensíveis.

II. 3 – As imagens do Clã Vilella Parreira

Outras fontes documentais pertencentes ao arquivo da família *Vilella Parreira* e que serão analisadas a seguir, são fotografias, pois seu estudo, no entanto,

*[...] permite [...] a elaboração de um discurso, ela é também vestígio do real, ela permite a verificação de elementos momentaneamente ocultados ou definitivamente desaparecidos. Nesse sentido, ela assume o caráter de uma fonte insubstituível [...]*²³

²² GOMES, Ângela de C.A. A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na Fronteira entre o Público e o Privado. In: *História da Vida Privada no Brasil IV*. Org. SCHWARCZ.L.M. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.491.

²³ GRANET-ABISSET, A. *O Historiador e a Fotografia*. São Paulo: Editora PUC, 1997, p. 15.



Foto 05: Família Vilella Parreira no pátio interno de sua casa em Monte Alegre de Minas, na década de 1930. Autor desconhecido. Ao centro encontra-se o Sr. Nicanor Parreira, à sua direita a esposa Dona Dulce e seu sogro, Alfredo Vilella de Andrade; à esquerda o Major Luiz Soares Parreira e “Mãe Chiquinha”; os demais são filhos e uma nora do casal.

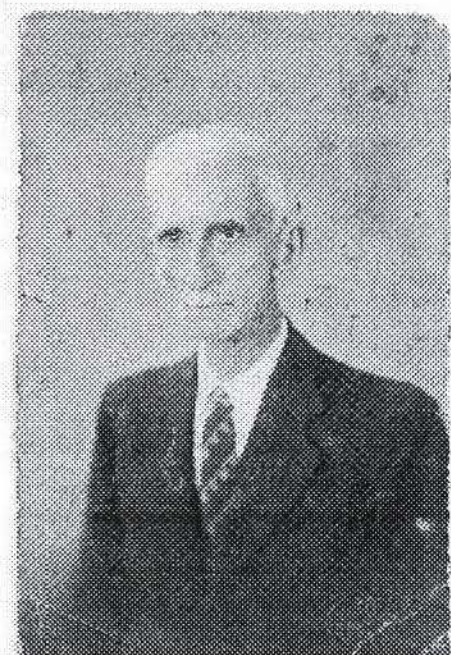


Foto 06: Alfredo Vilella de Andrade, década de 1930. Autor desconhecido
Fonte: Arquivo da Família Vilella Parreira.

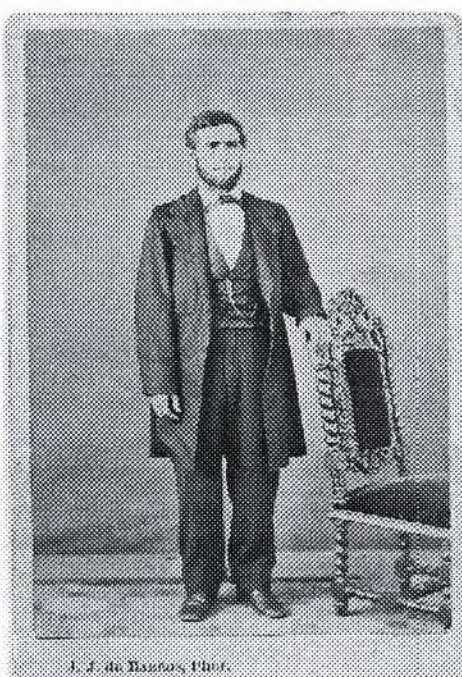


Foto 07: José de Andrade Vilella, segunda metade do século XIX. Autor: Justiniano de Barros, rua do Ouvidor 62 Rio de Janeiro. Fonte: Ibidem

A foto da família *Vilella Parreira* é significativa pois reforça o que a teoria histórica demonstra; o chefe da parentela ao centro com sua *digníssima* esposa ao lado, representa sua condição de mando do âmbito familiar para o público. Nas extremidades, à esquerda a tradição do passado patriarcal com o *Major Luiz Parreira Soares* e à direita, *Sr. Alfredo Vilella*, e detrás os filhos mais velhos e os mais novos no colo dos pais e avós, sob a proteção ancestral.

O esmero e a rigidez dos figurinos apontam para a formalidade da ocasião e a seriedade com que era encarada a família, base do poder oligárquico. A referida foto ainda denota uma espécie de *triumvirato*, reunindo as forças ancestrais representadas pelos homens mais velhos apoiando o chefe do clã; é notório a continuidade dos estamentos familiares que refletiam no restante da sociedade, preservando a ordem e a subordinação dos munícipes.

A foto da família *Vilella Parreira* desvenda peculiaridades sociais e políticas do poder local, irradiados pela sua alegórica casa. Dessa *triade* familiar podemos entender a definição do termo utilizado por *Oliveira Vianna*, “patriarquia”²⁴, como a significação para os grupos clânicos detentores do comando político local, porém assentados nas bases familiares dos velhos coronéis.

O poder patriarcal, pessoal, convergia para o autoritarismo político que desconhecia as divisas entre o *pai* e o *oligarca*. O conservadorismo, respaldado pelos costumes familiares, gerava um ambiente político e social fortemente escalonado, cujo acesso das camadas populares eram quase inacessível. Às camadas populares cabia a obediência e a “admiração” pelo *coronel* ou pelo *doutor*.

Dentre os filhos do Sr. Nicanor Parreira, saíria o herdeiro político do clã, *Derly Vilella Parreira* (foto, na segunda fila: o terceiro da esquerda para a direita) que assumiria a Prefeitura na década de 1960. Os seus demais filhos tiveram formação educacional diferenciada, os homens tornaram-se advogados, engenheiros ou funcionários públicos. Quanto às mulheres cabiam ser normalistas ou casarem com um bom pretendente. Obviamente com a aprovação do *pai*.

O discurso “modernizador” difundido entre a elite oligárquica via na educação das gerações mais jovens uma maneira de, intelectualmente, revestir e apresentar-se diante da sociedade como a “esperança” para a condução dos destinos do município e a nação.

²⁴ VIANNA, F.J. O. *Instituições Políticas Brasileiras*. I Vol. Rio de Janeiro: Record, 1974, p.231.

O clã *Vilella Parreira* pode ser interpretado sob a ótica do pensamento de *Sérgio Buarque de Holanda*, pois:

*[...] a família patriarcal fornece assim, o grande modelo por onde hão de calcar, na vida política as relações entre governantes e governados [...] Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida.*²⁵

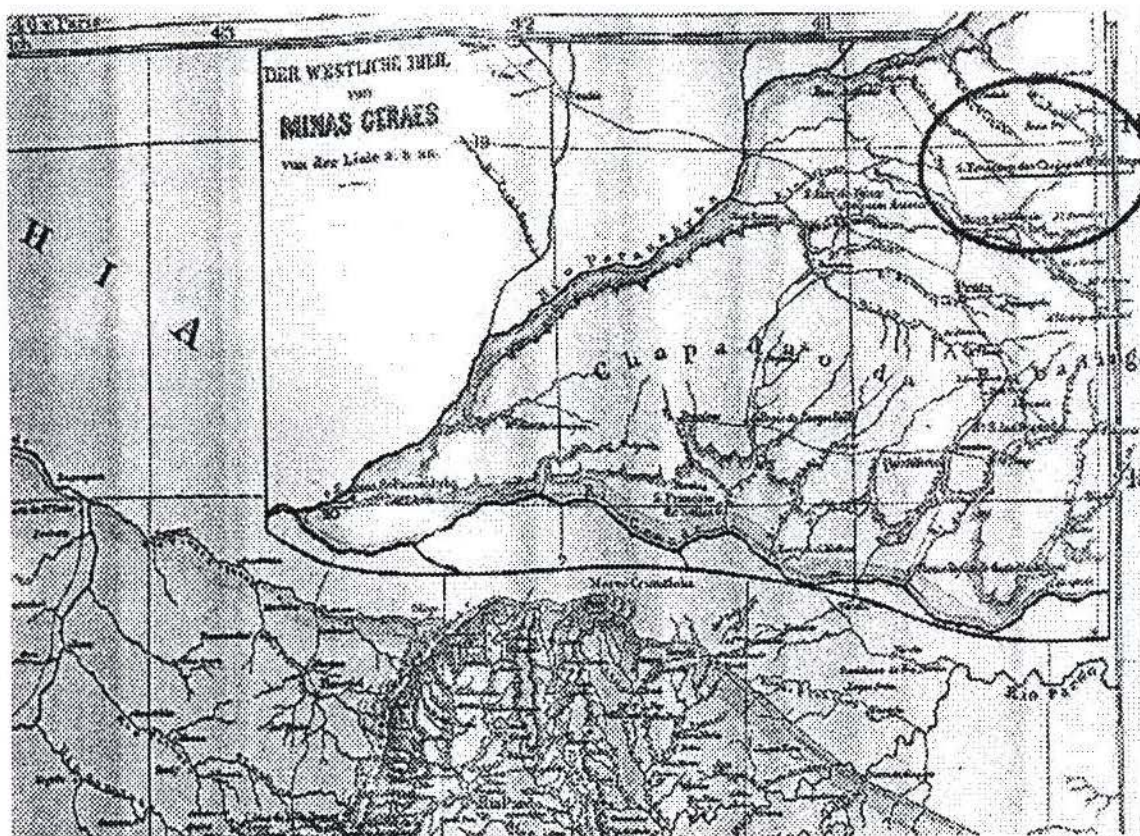
A tradição do clã *Vilella Parreira*, centrado na formação patriarcal e nos códigos de lealdade e honra existentes no interior das parentelas, fez com que alcançassem o topo da hierarquia oligárquica no comando do município de Monte Alegre de Minas.

²⁵ HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.85.

CAPÍTULO III

Conservadorismo, Sociedade e Política: as relações oligárquicas em Monte Alegre de Minas-MG (1872/1951)

“Na política, o prato principal do banquete é na província. Cargo federal é sobremesa e cafezinho”.¹
(Pinheiro Machado- 1852/ 1915, Senador e Oligarca Gaúcho).



Mapa 03 – São Francisco das Chagas de Monte Alegre, em mapa alemão de 1855. Autores: HALFELD. H.G.F & VONTSCHUDI. JJ, In: *A Província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro. 1998.

III.1. O ascenso político e social dos clãs Vilella de Andrade e Parreira.

Emancipada politicamente em 16 de setembro de 1870, *São Francisco das Chagas de Monte Alegre* passou a ser governada “oficialmente” pelo Cel. *Antonio Fernandes Vilella de Andrade*, “eleito” pela câmara local seu primeiro *Agente Executivo e Presidente*. Analisando o *Livro de Atas número dois (02)*², que compreende o período de 1878 a 1888, podemos visualizar, em alguns aspectos, a rotina administrativa do

¹ CONY, C.H. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, p. A2, em 30.05.2006.

² Livro de Atas nº 02 (1878-1888) – p. 07. Arquivo da Câmara Municipal de Monte Alegre.

município, sob o comando da oligarquia local. Vislumbramos, ainda, questões políticas e sociais suscitadas pelo governo do IIº Reinado, como o *Abolicionismo*.

No arquivo da Câmara Municipal de Monte Alegre de Minas, há apenas o livro de Atas número dois (02)³ alusivo ao final do século XIX, impossibilitando avaliar com maior agudeza as demais administrações da instituição em época posterior à Proclamação da República (1889). Todavia, o decênio 1878/1888 revela-nos a atuação do *Cel. Vilella* como o *primus inter pares* da oligarquia local, exercendo e acumulando cargos no governo municipal em uma prática que se tornaria característica da *República dos Coronéis* (1894-1930).

De acordo com o referido Livro de Atas, em 14 de junho de 1879, o *Cel. Vilella* exercia a função de juiz municipal, o que seria oficializado em 21 de Abril de 1880. Seu governo abrangeu os quadriênios 1872/1876-1885/1889, e no espaço de tempo entre seus mandatos, ainda foi “nomeado” *tesoureiro* da Câmara, demonstrando cabalmente o continuísmo político dos *Clãs Vilella de Andrade* no poder local. A hegemonia política e social do clã seria ampliada durante a República Velha (1889-1930), porém seu apogeu ocorre durante a Era Vargas (1930-1945), após a fusão dos clãs *Vilella de Andrade e Parreira*, ocorrida em 1914.

A administração do *Cel. Vilella* foi pontuada por preocupações com a reforma da *Casa da Câmara*, onde funcionava, em seu andar térreo, a cadeia municipal. A *Câmara Municipal* aglutinava todas as instâncias do poder: o executivo, o legislativo e o judiciário, afora a polícia e a coerção exercida pelos integrantes da oligarquia local sobre a população.

A Legislação Imperial (vigente desde 1828) e o poder centralizado na Corte, em tese, procuravam tutelar os atos políticos e burocráticos das Câmaras municipais. Para o Estado Imperial, “[...] consistia em comparar o município, na ordem administrativa, ao menor, na ordem civil sua incapacidade para o exercício das funções que lhe eram próprias [...]”⁴

À Câmara Municipal da Era Imperial cabia as funções de:

[...] cuidar do centro urbano, estradas, pontes, prisões, matadouros abastecimento, iluminação, água, esgoto, saneamento, proteção contra loucos, ébrios e animais ferozes, defesa sanitária animal e vegetal, inspeção

³ Ibidem.

⁴ LEAL, V.N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p.74 e 75.

*de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, sossego público, polícia de costumes, etc.*⁵

As funções burocráticas ditadas pela Legislação Imperial, que pretendia coibir o avanço do poder local das Câmaras, contribuíram para que esse órgão se transformasse em um *potentado* municipal, catalisando os *chefes* das oligarquias e suas respectivas parentelas. Com a implantação do regime republicano em 1889, as Câmaras municipais tornar-se-ão a base de sustentação para a *Política dos Estados*, conduzida pelas oligarquias regionais e que elegiam o Presidente da República, ou seja, o *Coronel Nacional*.

Retornando à análise do governo municipal do *Cel. Vilella*, segundo o Livro de Atas número dois (02), notamos a preocupação da Câmara com o *alistamento* de eleitores para eleger os senadores da Província. Atividade realizada pelos cinco vereadores da *Casa*, seu presidente e o secretário-escrivão; outras preocupações constantes eram as arrecadações de impostos e a solicitação de verbas do Estado para o município.

Em 1884, a Câmara Municipal “reelege” o *Cel. Vilella*, reafirmando seu prestígio político e social perante a cidade e a oligarquia local. Na ata da seção de 14 de outubro de 1884, os vereadores e o presidente da Câmara relatam a discussão transcorrida sobre o projeto do *Conselheiro*, que compunha o ministério imperial, acerca do término da escravidão no país. Para o Presidente da Câmara, *Cel. Vilella*, o intento do Conselheiro era um “[...] luminoso projecto abolicionista acto tão humanitário e com pacto com as grandes idéias [...]”.⁶

Quatro anos antes da *Abolição*, a oligarquia local discutia o tema que ocorreria em 13 de maio de 1888 extinguindo o trabalho escravo no Brasil. Contudo, a argumentação “abolicionista” da Câmara é discutível, pois no mesmo Livro de Atas (durante a década de 1870), seus vereadores promoviam debates a respeito do aumento percentual das taxas sobre a *compra e venda* interna de cativos.

A região do Sertão da Farinha Podre era, essencialmente, dominada pelo comércio e a criação de gado bovino e a escravidão não era imprescindível como nas zonas monocultoras, tornando-se dispendiosa para os *fazendeiros locais*. Com essa

⁵ Ibidem, p.75.

⁶ Livro de Atas nº 2 (1878-1888) –Pág.126 – Arquivo Municipal de Monte Alegre de Minas.

argumentação, podemos tentar compreender o “discurso” dos mandatários municipais, que visavam, *a priori*, atender aos anseios de seu grupo.

O Livro de Atas número dois (02) termina em 31 de Abril de 1888, impossibilitando a averiguação do último ano (1889) de governo do *Cel. Vilella* e as possíveis mudanças advindas com a Abolição e a queda da monarquia.

Fica então evidente a atuação do *Cel. Vilella* como chefe do clã *Vilella da Andrade* em todas as ordens do poder municipal de *São Francisco das Chagas de Monte Alegre*, desde sua ascensão à categoria de *Vila*, ocorrida em 1870; o “nascimento” do município confunde-se com a escalada política de *Antonio Fernandes Vilella de Andrade* aos meandros da política local, algo intrinsecamente ligado ao seu poder pessoal de chefe clânico e *coronel*.

Segue abaixo, um quadro demonstrativo dos *Presidentes e Agentes Executivos* locais, posteriores à administração do *Cel. Vilella* e que não fazem parte da análise desse trabalho, em que a prioridade avaliativa é sobre o clã *Vilella Parreira*:

Quadro 02 – Chefes do Executivo – Monte Alegre de Minas

Presidente/Agente Executivo	Período
Luiz Beltrão de Novais	1877-1880
Manoel Antônio de Faria	1881-1884
Modesto Martins de Sá	1890-1893
Vicente Meirelles do Carmo	1893-1895
Antonio Tomaz Ferreira de Rezende	1896-1899
João Afonso da Silva	1900
João Inácio de Lima	1901-1904
Cel. João José Carlos Peixoto	1905-1908
Cel. Arlindo Soares. S. Parreira	1909
Ananias Mendonça	1910
Etelvino de Ávila Pina	1911-1913
Cel. José Caetano Machado	1914-1918
Cel. José Ribeiro Guimarães Sobrinho	1919-1922
Antonio José Carlos Peixoto	1923-1926
Adoniro Caetano Machado	1927.

Fonte: Arantes (1970), *Como fizeram Monte Alegre*, Uberlândia, p.10
Autor: ARANTES, Jerônimo.

Com a instalação da República, as práticas despóticas, conservadoras e ambíguas das oligarquias locais vão adquirir novos contornos, embasados pelo poder pessoal fortalecido dos chefes de parentelas.

A historiadora *Lena C.B.F. Costa* afirma que:

*[...] desde a Colônia os coronéis dominam as terras, e desde a República, a política. Efetivamente, com o regime republicano, a vitória do federalismo favoreceu a afirmação de chefias políticas regionais e municipais, já exercidas em escala menor durante o Império. O reconhecimento dos líderes efetivou-se, como previsível, na pessoa dos antigos coronéis da Guarda Nacional. Em etapa posterior, extinta a milícia cidadã, coronéis continuaram a existir e comandar maças mediante a atribuição informal do título [...] Dessa maneira, o Coronel que, inicialmente, fora um dos oficiais eleitos dentre os efetivos da Guarda Nacional, passando em seguida a ser escolhido e designado pelas autoridades governamentais, como que voltava às origens, através da aceitação e proclamação consensual da sua liderança [...]*⁷

Apesar da insuficiência de fontes sobre os governos municipais de São Francisco das Chagas de Monte Alegre no final do século XIX e início do XX, concluímos que os integrantes da oligarquia local revezavam-se no poder, ocupando cargos de importância na burocracia municipal ou estadual. Mas a proeminência do *Cel. Vilella* adentra o século XX, até sua morte em 1907. Portanto, seus descendentes, instalados no solar do *Largo Matriz*, ampliarão a preponderância do clã através de uniões matrimoniais, redundando no auge de seu mando local no final da década de 1920 até 1951, através do surgimento da família *Vilella Parreira*.

Como a prioridade desse estudo é o clã *Vilella Parreira*, vislumbramos o século XX através do ano de 1909, quando o *Cel. Arlindo Parreira* (como era conhecido) assume a *Intendência Municipal*⁸; *Cel. Arlindo* era fazendeiro e seu breve mandato (do qual não há mais vestígios), serviu para incentivar seu filho, *Nicanor Parreira* (1893-1963) a tornar-se seu herdeiro político e reunir os dois principais clãs locais, liderando a política municipal na primeira metade do século XX.

Entre os anos de 1907/1909, a política municipal pode ser visualizada através de um artigo do jornal *A Nova Era*, publicado em *Uberabinha*⁹ e datado de 20 de fevereiro de 1907. Diz o seguinte:

⁷ COSTA, Lena C.B.F. *Arraial e Coronel – dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978, p.113.

⁸ Outra designação para “Câmara Municipal”, utilizada principalmente após a proclamação da República.

Cidade de Monte Alegre

[...] Tivemos agora ocasião de visitar o próspero município de Monte Alegre, com quem foi pródiga a natureza dotando-a de imensas riquezas, a partir de um fecundo solo, abundância de águas e clima salutar. A forma hospitaleira e generosa com que acolheu-nos a sociedade daquela cidade, captivou-nos; porém não este unicamente o motivo destas linhas, acresce outro ainda: a admiração de que nos achamos possuídos pelo proceder digno de ser imitado da Câmara municipal do futuro município, composta de homens trabalhadores e honestos que tem como seu presidente o Sr. Coronel João José Carlos Peixoto (grifo nosso), que, além de ser um cavalheiro de fino trato, ainda tem procurado provar com a evidência dos factos, a sua elevação de sentimentos patrióticos. Muito ao contrário de outras municipalidades, a de Monte Alegre compreendeu que só por meio da instrução poderá um povo progredir e assim distribuiu escolas por todo o município, em número de dez.

[...]

A população do município de Monte Alegre, conforme recenseamento escrupulosamente feito pelo capitão Felizardo Fontoura, atingiu no ano de 1905, a 21.246 habitantes. O movimento financeiro do município é o mais lisongeiro possível, tanto que a arrecadação tem sido bastante favorável, desaparecendo a situação difícil que atravessou aquele de certo tempo a esta parte, por desleixo de administrações anteriores (grifo nosso), que chegaram a hypothecar a renda de transmissão de propriedades!

A receita municipal no exercício que começa foi orçado em réis 36:875 \$ 842 e a despesa em 38:220\$594, apresentando um déficit de 1:344\$594.

É admirável que a câmara municipal que assume a responsabilidade da administração de um município em verdadeiro atraso e cheio de dívidas e sem leis (grifo nosso); possa, em tão curto espaço de tempo, torna-lo tão próspero e feliz.¹⁰

O jornal uberabinhense em questão, ligado à elite dessa cidade, faz apologia ao município vizinho com uma retórica usual na imprensa da época, enaltecendo os chefes locais e suas áreas de comando. A “transparência” administrativa é um dos trunfos do texto, uma vez que tal ato era impraticado por grande parcela dos Agentes Executivos em seus municípios; a “hospitalidade” e a “docilidade” da população podem ser traduzidos como “cabrestamento” da mesma em relação aos oligarcas, e a natureza “exuberante” e ufanista camuflava os graves problemas políticos e sociais do local.

O governo do *Cel. João José Carlos Peixoto* é louvado pela política da *modernização* instituída pelo regime republicano e seus ideólogos *positivistas*, ancorados aqui na construção de escolas e do recenseamento populacional, medidas “inovadoras”. O último parágrafo desse texto jornalístico deixa subentendido que, mesmo no âmago da oligarquia local havia dissidências e atritos entre seus líderes,

⁹ Atual cidade de Uberlândia.

¹⁰ Jornal *A Nova Era* – anno I nº 8 p.1, de 20.02.1907.

apresentando na *base* o que sucedia na (*in*)*tranquila* coalizão política nacional do *Café com leite* (1894-1930).

A pesquisa efetuada nos jornais de *Uberabinha*, datados do início do século XX, aponta para o amplo comprometimento da imprensa regional na edificação do *imaginário coronelista*, perante seus leitores ensejando a manutenção do situacionismo político e social vigentes. Essas práticas serão empregadas em larga escala pelos políticos da Era Vargas.

À imprensa regional, ainda coube outro papel importante que foi permear o discurso conservador da elite política local com os ditames da *modernidade e o progresso*, desencadeados pelo cientificismo e o industrialismo europeus do final do século XIX, protótipos para alcançar uma verdadeira *civilização*. Os tradicionais clãs locais, atentos às transformações pelas quais passava a sociedade brasileira, aderiram aos avanços tecnológicos na tentativa de “desconstruir” a imagem do *velho coronel*, associada ao patriarcalismo rural dos tempos coloniais.

Na tentativa de alterar essa imagem, os “herdeiros” dos mandatários locais, travestidos pela juventude de alguns e a formação acadêmica de outros, visualizavam os *novos tempos*, buscando *readequirir* seu grupo em sua respectiva área de influência política e social. A referida readequação devia caminhar lado a lado com o “desenvolvimento” e a “pujança” pelo qual a região do Triângulo Mineiro fora acometida no início da década de 1920. Entre 1919 e 1922, o jornal *A Tribuna* noticiava:

*Esta sendo construída em estado bastante adiantado a linha telephonica que liga Monte Alegre a Santa Rita do Paranyba. Logo terminada a construção, poderemos falar com aquela cidade goyana, facto que influirá bastante na intensificação das relações entre as duas cidades.*¹¹

Inauguração da luz elétrica em Ituiutaba-MG.

(...)

Representações de monte Alegre:

*A representação de M.Alegre esteve confiada aos senhores: Coronel Antonio Carlos Peixoto, candidato a futura presidência, drs. Bastos Júnior, Leone Alvim, major Olympio Vasconcelos e Álvaro de Sá.*¹²

¹¹ Jornal *A Tribuna* – Anno I nº 5, p.1, em 05.10.1919.

¹² Ibidem, Ano III nº 149, p.1, em 23.07.1922.

Os dois excertos jornalísticos corroboram para evidenciar o “pacto implícito” que havia entre as oligarquias locais e a *modernidade*, representados pela linha telefônica e a energia elétrica. Podemos observar ainda a velada “campanha” política em prol do Cel. Antônio José Peixoto à presidência da Câmara de Monte Alegre de Minas, diante dos seus pares e em uma clara combinação entre as forças políticas retrógradas e o “progresso”.

Para João Gualberto:

*[...] a proclamação da República trouxe grandes esperanças de renovação política e maior participação das camadas excluídas do jogo político, além da formação de contra-elites. Entretanto, seu resultado concreto foi a abertura de uma nova via de autoritarismo que, na melhor das hipóteses, poderia ser chamada de autoritarismo culto baseado numa pressuposta competência técnica. Não foi obra do acaso se grandes números de prefeitos, nessa época, eram médicos e engenheiros.*¹³

Dessa amálgama política e social, típica da República Oligárquica (1894-1930), emerge a figura do farmacêutico *Nicanor Parreira* na cena política de Monte Alegre de Minas no final dos anos de 1920, como líder do clã *Vilella Parreira*. Agregando “competência” intelectual, tradição familiar e política advindas dos ancestrais, o jovem *senhor* desponta como o político local que mais tempo governaria a referida cidade, entrelaçando sua administração com alguns dos momentos mais cruciais da história recente do Brasil, como a “Revolução de 1930” e a Era Vargas.

Os dois últimos governos da República Velha (Arthur Bernardes -1922/1926 e Washington Luís – 1926/1930), caracterizados pelo elevado conservadorismo e autoritarismo políticos, denotavam, no topo da hierarquia política, o que transcorria nas bases oligárquicas regionais. O mandonismo local, travestido ou não pela retórica futurista, formava a ideologia dos *chefes* e de suas parentelas em busca da perpetuação no poder, engendrando um arcabouço político, social e econômico que a pretensa “Revolução de 1930” não conseguiu dismantelar na sua totalidade, preservando vários representantes da “contestada” oligarquia interiorana na *nova ordem* varguista.

Com relação ao jovem político *Nicanor Parreira*, a imprensa de *Uberabinha* teve participação significativa na “apresentação” do futuro governante de Monte Alegre de Minas aos seus “concidadãos”. Algumas notícias, publicados em 1925 e 1926,

¹³ GUALBERTO, J. *A Invenção do Coronel- Ensaio sobre as Raízes do Imaginário Político Brasileiro*. Vitória: UFES, 1995, p.54.

apresentam aspectos da vida social e política do então farmacêutico e chefe do clã Vilella Parreira:

Monte Alegre

Monte Alegre esteve em festas. As suas ruas quase sempre cheias de uma terna melancholia vibrou por instantes, aos sons harmoniosos de sua philarmonica e aos hurras de seus esportes vencedores. Ao programa das cerimônias religiosas, aos fogos, aos leilões, quizeram os montealegrenses juntar o encanto de um encontro amistoso em que se victoriarão os seus guapos visinhos. Deve-se entretanto, juntar também que os uberabinhenses foram de uma gentileza captivante para com os nossos visinhos, perdendo para eles a partida, nada mais fazendo do que corresponder a outras provas cavalheirescas, recebidas durante a sua estadia nessa cidade amiga. Em um baile em que se festejava a victoria dos esportistas montealegrenses, em casa do sr. Nicanor Parreira (grifo nosso), viam-se mais de dez senhorinhas uberabinhenses e mais de 30 rapazes nosso conterrâneos, numa familiaridade emocionante, fora outros cavalheiros e senhoras desta cidade.

¹⁴

Semana da Caridade

Imponentes festas em prol da Santa Casa e Asylo São Vicente desta cidade – Grandioso programma – Uberabinha implora o concurso de suas vizinhas cidades goyanas com as quaes mantem estreitas relações – Appello ao comércio – As nossas instituições estão em franca actividade.

[...]

Barraca de Monte Alegre

Paranynphos

*Cel. Antonio José Carlos Peixoto
e senhora*

Phco. Nicanor Parreira e Senhora (grifo nosso)

Américo Mendes de Souza e Senhora

Ardelino Theodoro de Oliveira e Senhora

*Severino de Rezende e Senhora.*¹⁵

[...]

Coluna De Monte Alegre

- Afim de tomarem parte nas manifestações a serem oferecidas, em Uberaba, ao Dr. Mello Vianna, para aquela cidade seguiram a nove do corrente, os srs. Cel. Antonio Peixoto, chefe do executivo municipal, Dr. Nicanor Parreira (grifo nosso), presidente do diretório político e Dr. Pio Pontes, integro juiz municipal do nosso termo, representando o foro.

*- Com destino a diversas localidades goyanas, seguiu dia 9 o nosso particular amigo e eminente chefe politico, Cel. Arlindo Parreira (grifo nosso).*¹⁶

¹⁴ Jornal *A Tribuna* – Anno VIII, p.02, em 18.08.1926.

¹⁵ Jornal *O Triângulo Mineiro* – Ano I nº 12, em 29.08.1926.

¹⁶ *Ibidem* – Ano I nº 15, em 19.09.1926.

Diante de tais fragmentos da imprensa uberabinhense, atentamos para o ascenso sócio político do *Dr. Nicanor*, principalmente na notícia da visita do então presidente de Minas Gerais, *Fernando Mello Vianna* (1924-1926), à cidade de Uberaba. A comitiva de Monte Alegre era liderada pelo Cel. Antonio Peixoto e secundada por *Nicanor Parreira*, noticiado como “presidente do Diretório político”, em uma singular “cerimônia de apresentação” ao *chefe estadual*, do futuro Presidente e Agente Executivo municipal.

A presença do *Dr. Nicanor Parreira* no evento é sintomática de sua “eleição” para o executivo de Monte Alegre, visando o quadriênio 1927/1930 e sob as “bênçãos” do ainda todo-poderoso P.R.M (Partido Republicano Mineiro), liderado pelo presidente estadual. O P.R.M seria extinto em 1931, com as mudanças promovidas pela “Revolução” que depôs Washington Luís e “encerrou” o ciclo da *República Oligárquica*.

III.2 – A hegemonia política do clã Vilella Parreira (1927-1951).

Eleito Presidente e Agente Executivo da Câmara Municipal de Monte Alegre de Minas, em 1927, *Nicanor Parreira* consolidou a supremacia política e social de sua parentela sobre a cidade. Esse mérito deve-se, primordialmente, ao carisma, juventude e *tradição* do farmacêutico que do estereótipo do *coronel* ignorante e sem traquejo social.

Sua posse ocorre em 01 de janeiro de 1928, conforme livro de Atas da Câmara Municipal (com início em 1927 e término em 1943), coincidindo com a inauguração¹⁷ da “força e luz na cidade”. Tais acontecimentos representavam “renovação política e progresso”, favorecendo os grupos oligárquicos locais na adaptação às mudanças que o século XX anunciava. A visita do Presidente de Minas, *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* (1926-1930), em dez de outubro de 1927¹⁸, à cidade de Monte Alegre de Minas, comprova o prestígio da oligarquia local sob o comando de *Nicanor Parreira*. No livro de Atas, em 21.01.1928, há um relato formal de solicitação de empréstimo ao Estado no valor de 100.000 \$ 000, para custear os serviços de saneamento básico e a

¹⁷ Esse livro de Atas encontra-se, atualmente, no arquivo da Prefeitura Municipal de M. Alegre de Minas – é o único documento que resta desse período.

¹⁸ Livro de Atas (1927-1943) – Arquivo Prefeitura Municipal de M. Alegre, p.01.

recém inaugurada iluminação elétrica, indício de preocupação do *chefe* local com as novas exigências que o meio urbano, teoricamente, propunha.

A mentalidade da elite local, no final da década de 1920, estava impregnada pelas questões suscitadas pelo *progresso* e curiosamente, em 18.01.1928, o vereador *Areno Guimarães* apresenta um projeto que “[...] regula o serviço de veículos [...]”¹⁹ e a profissão de “[...] chauffers [...]”, para uma cidade ainda impregnada pelas tradições oligárquicas da era oitocentista.

Para *João Gualberto*, ao pensamento das elites clônicas:

*Tornava-se necessário manipular os meios fornecidos pelo liberalismo, pelo Estado moderno e por uma sociedade complexa. Era necessária ser moderno (grifo nosso) para manter a tradição, para dar continuidade ao poder dos clãs e das oligarquias estaduais. Era necessário conduzir a transição. Transição que o velho coronel, além disso, não compreendia muito bem [...] Assim, o federalismo, o presidencialismo e a ampliação do sistema representativo foram os três grandes eixos do regime que ficaria conhecido como a Primeira República. Período que foi de 1889 a 1930, ou seja da proclamação da República até golpe de Estado de Getúlio Vargas, que mudou suas bases de funcionamento.*²⁰

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 desencadeou uma gravíssima crise econômica de âmbito mundial, acarretando a queda de preço do café brasileiro no mercado internacional em 57%. Esse desastre econômico veio de encontro com a grave crise política que se instalou no Brasil em 1930, devido ao apoio do então presidente *Washington Luís* ao candidato paulista *Julio Prestes* a sua sucessão, contrariando, dessa forma a política oligárquica do *Café com Leite*.

A oposição ao governo federal centralizou-se na *Aliança Liberal*, que agregava as dissidências oligárquicas de *Minas Gerais*, *Rio Grande do Sul* e *Paraíba*. Vitoriosa a *chapa* da situação, eclode a “Revolução de 1930”, liderada pelo *oligarca gaúcho Getúlio Dorneles Vargas*, que assume o governo *provisório* em 3 de novembro do mesmo ano, logo após o golpe de estado que depõe *Washington Luís*.

Diante disso, Vargas dissolve os governos dos estados fiéis à *Washington Luís*, entregando-os a juntas militares. Em *Minas Gerais* era confirmado no governo, *Olegário Maciel*, político filiado ao conservador P.R.M. Ao deixar o cago em

¹⁹ Ibidem, p. 1.

²⁰ GUALBERTO, J. *A invenção do Coronel – Ensaio sobre as Raízes do Imaginário Político Brasileiro*. Vitória: UFES, 1995, p. 60 e 61.

05/09/1933, indica seu *sucessor*, o interventor *Gustavo Capanema*; posteriormente assume *Benedito Valadares Ribeiro* (15.12.1933 a 05.11.1945), ambos aprovados por Vargas.

Em Monte Alegre de Minas (1930) ocorre o mesmo. *Nicanor Parreira* é confirmado no poder municipal pelo governo provisório e nele permanece até 1945, agora no cargo de *prefeito*, uma vez que a Constituição de 1891 fora abolida pelo governo “revolucionário”. A participação de *Nicanor Parreira* e da oligarquia local no movimento político de Outubro de 1930 foi intensa e definitiva para seu triunfo e do segmento social que representava. Várias cartas, fotos e o relato do memorialista *Tito Teixeira* comprovam o envolvimento do *Dr. Nicanor Parreira* na liderança municipal em prol do golpe militar que “solapou” a República Velha.

Segundo Tito Teixeira:

O município de Monte Alegre, na revolução de outubro de 1930, deu também a sua valiosa cooperação, formando imediatamente grupos de combatentes, mandando incontinenti, um grupo de 70 homens, destemidos e fortes, para o Porto do Sumidouro, sob o comando dos reservistas do Exército Nacional, Ataíde de Souza, Carlos Vilella Márquez e Alirio Gomides.

[...] Ao chegar a Monte Alegre, os soldados deram-lhe passagem dizendo que, no edifício do fórum, estavam à sua espera o prefeito Nicanor Parreira (grifo nosso) e grande massa popular.

[...] Aqueles mesmos grupos de representantes civis e militares da cidade de Monte Alegre, que atiravam flores aos comandantes homenageados, incorporaram-se a caravana do Estado Maior das forças revolucionárias de Uberlândia, e seguiram para Santa Rita do Paranaíba, afim de tomar parte na marcha triunfal de ocupação daquela cidade.

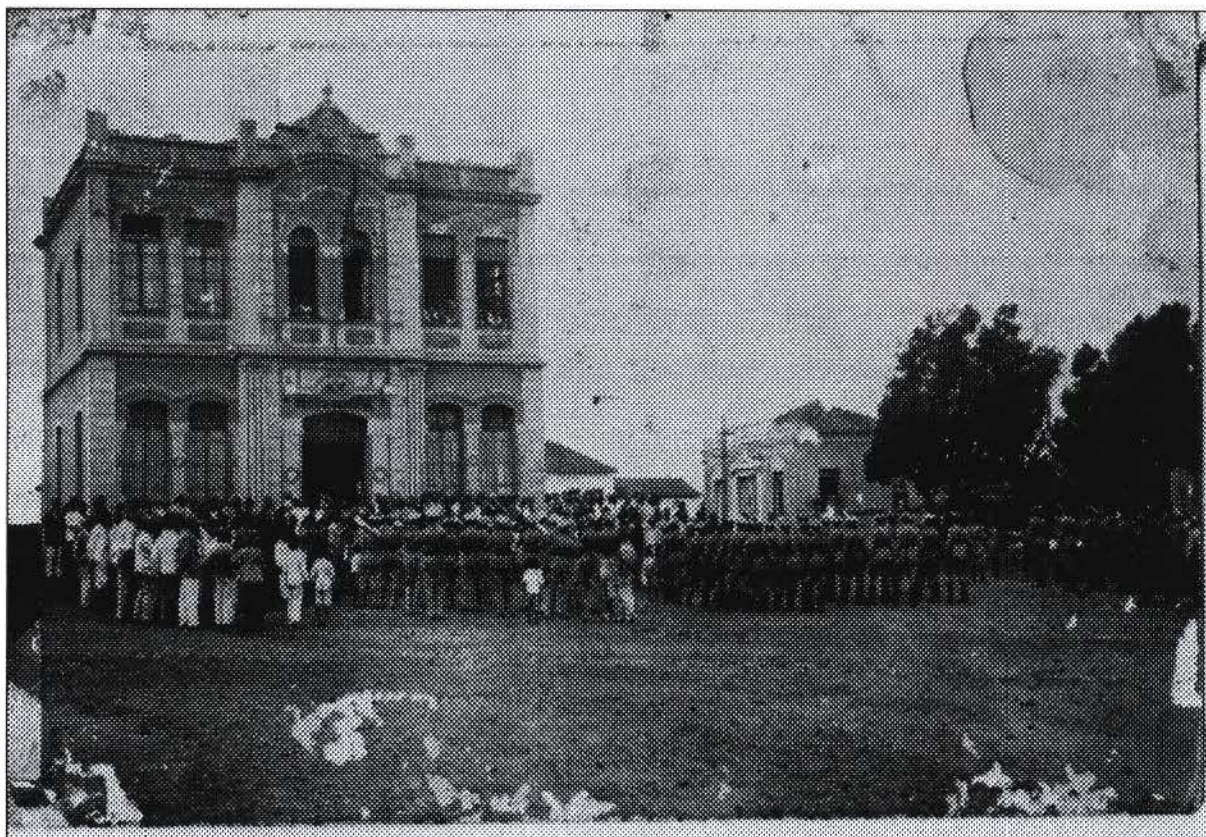


Foto 08: Batalhão “revolucionário” estacionado em frente ao Paço Municipal de Monte Alegre de Minas, em outubro de 1930. (Autoria desconhecida). Fonte: *Arquivo João Quituba* – CDHIS (Universidade Federal de Uberlândia).

A participação de *Nicanor Parreira* no movimento “revolucionário” de 1930 foi muito mais abrangente do que um simples aval político. Nos arquivos do CDHIS (centro de documentação em História), órgão da Universidade Federal de Uberlândia, há três cartas emitidas por *Nicanor Parreira* (de próprio punho) e endereçadas ao Senador *Camilo Chaves*²¹, atestando seu “compromisso” político e pessoal com os rumos da política nacional.

Alguns trechos das cartas revelam o engajamento de *Nicanor Parreira* no intuito de arquitetar e participar das manobras políticas que pretendiam desestabilizar uma facção hegemônica dentre as oligarquias nacionais. As referidas cartas, datadas de junho e outubro de 1930, evidenciam os conchavos que os chefes locais implementaram para consolidar a liderança de seus respectivos clãs:

Monte Alegre Minas, 24/06/1930

²¹ Político de Ituiutaba-Mg, liderou o “movimento revolucionário” de outubro de 1930 na região triangulina, cujo “quartel general” foi em Uberlândia – MG.

Amigo Senador Camilo Chaves

Saudações

[...]

Hontem mesmo fui à Alvorada, onde organizei um serviço de vigilância de acordo com as instruções do Capitão José Persilva.

Lá encontrei-me também o Major Rogério Cotrim, sogro do meu grande amigo Sidney de Almeida, com quem entendi-me como se fosse a pessoa do seu genro (Sidney)

Hontem, à noite, deveria ter havido uma conferencia entre os dois, de uma, veria que nada transpirasse do público. Disse o Major Rogério Cotrim que Santa Rita [atual cidade de Itumbiara – GO] Vae Calma, desconfiando-se, porém, já do movimento da policia mineira em Uberlândia [...] Assegurou-me elle que essa desconfiança é de terror (em começo) estando os goianos com muito medo, em caso de invasão da nossa policia no território goyano.

Quanto a posição e liberação do Cel. Antônio Martim Borges elle nada sabe, afirmando-me que elle conta com grande elemento de cangaceiros, se porventura houver o levante por parte caiadista (grifo nosso) ou mesmo da policia mineira. No meu município vae tudo em ordem e ardentemente preparado [...] A minha vigilância e de todos os companheiros daqui continuam em movimento e rigidez [...] ²²

Qualquer novidade vos comunicarei

Sem mais, sou, como sempre o

Amigo Grato.

Nicanor Parreira.

Monte Alegre de Minas, 14/10/1930

Prezado amigo senador Camilo Chaves

Saudações

[...]

O nosso entusiasmo é sempre crescente.

As nossas fronteiras com Goyas estão guarneçadas por voluntários e vigias por toda a extensão do município.

A pte.AFF. Penna esta guarneçada também por 10 soldados e vários civis, bem armados. O que nos difficulta mais é a falta de munição [...] ²³

Bom, como o sempre, o

Amigo muito grato.

Nicanor Parreira.

²² Arquivo – João Quituba – CEDHIS (UFU) - nº JQ058.

²³ Arquivo João Quituba – CEDHIS (UFU) – nº JQ036.



Foto 09: Comemoração dos “populares” sobre a vitória do “Movimento Revolucionário” de 1930. (Autoria desconhecida). Fonte: *Arquivo João Quituba* – CDHIS (Universidade Federal de Uberlândia).

A relação política travada entre *Nicanor Parreira* e o líder regional do “movimento revolucionário” é nitidamente respaldada pelo *compadrio* e a tênue divisão entre o âmbito privado e o público. Percebemos ainda a rivalidade política entre a oligarquia goiana, *Caiadista* ²⁴, partidária do presidente Washington Luís e do Estado de São Paulo, *versus* a elite regional do Triângulo Mineiro. Diante do exposto, notamos que os grupos oligárquicos regionais ou estaduais, em 1930, disputavam o *poder* e a primazia das parentelas coronelistas, sejam elas revestidas pelo liberalismo ou o arcaísmo político.

De acordo com as considerações de *Maria Lourdes M. Janotti* sobre a “Revolução de 1930”:

[...] o poder local não se enfraquece com a mesma intensidade em todo país. Ele se mantém, sob nova roupagem, ou se extingue nas áreas de maior

²⁴ O termo é referência ao chefe político goiano *Antonio Ramos (totó) Caiado*, que tinha prestígio nacional, mas representava a oligarquia tradicional, avessa as inovações sociais e tecnológicas.

*concentração urbana, persistindo, nos mesmos moldes, em regiões de economia tradicional. Nesse sentido, a Revolução de 30 representa um momento em que se dá um novo pacto social, onde as oligarquias não estão ausentes.*²⁵

Confirmado no comando do município pelo governo provisório e “revolucionário”, *Nicanor Parreira* inicia seu longo “mandato” em 1930. Suas articulações políticas renderam-lhe o apoio do *interventor* estadual e do governo federal, e em pouco tempo transformar-se-ia em um *líder carismático*, conquistando a “simpatia” das camadas populares e, em especial dos negros.

Em dezembro de 1930, o *prefeito Nicanor Parreira* passa a governar por decretos, de acordo com a *nova ordem* institucional inserido na ideologia *populista* da Era Vargas.

O jornal *A Tribuna*, em 1933, divulgava a coluna *Pelo Triângulo*, onde, novamente, fazia “elogios” à Monte Alegre e a seu governante:

Monte Alegre – De Tupacyguara demos um pulinho a Monte Alegre. Há mais de seis meses não revíamos amigos dessa boa terra onde sempre encontramos acolhimento carinhoso e onde este jornal gosou de preferência, mais filha da bondade de Monte Alegre do que pelo seus méritos.

*A plácida cidade intermediária dirigida pelo Dr. Nicanor Parreira, (grifo nosso) vae, agora, reformar o seu bello jardim, tornando o um verdadeiro bosque, pelas frondosas árvores que ai emprestam a sua principal praça uma bonita perspectiva [...] A frente dos destinos de Monte Alegre se encontra o Dr. Nicanor Parreira (grifo nosso) que tem sido resoluto em seus actos, ao promover beneficio para o município que é filho. Ainda agora cojita o distincto moço de adquirir um Cine-educativo para o esplendido grupo ‘Tancredo Martins’, adquirindo também o aparelho de filmagem para a focalização de fitas que possam ser proveitosas à instrução, pelo nosso objectivo. Alguns aspectos apanhados ahi ontem dão bem a impressão de seu progresso e de sua vida econômica.*²⁶

Durante a década de 1930, *Nicanor Parreira*, preocupou-se em *modernizar* sua administração, através da transparência financeira e de medidas avançadas nas áreas da educação, cultura, saúde e serviços públicos. Como era farmacêutico, tinha uma preocupação especial com a saúde pública.

O trecho do jornal *A Tribuna* demonstra a preocupação (ou a intenção) do prefeito em ornamentar a cidade de Monte Alegre, bem como aparelhá-la com o que

²⁵ JANOTTI, M.L.M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.80.

²⁶ Jornal *A Tribuna*, ano XIV, nº 660, p. 04, de 25.01.1933.

havia na época de mais moderno, como o “Cine-educativo”. Nessa época, a prefeitura adquire uma sala de cinema, o *Cine-Municipal*, onde também passa a organizar bailes e outros eventos sociais. Essas medidas vão de encontro com a política populista do presidente Vargas, cuja intenção era camuflar o *autoritarismo* do governo federal e o municipal, que administrava a cidade *via decretos*.

Com a promulgação da nova Constituição em 1934, nada mudaria na administração municipal, a não ser a forma normativa de governar. No entanto, as medidas paternalistas e despóticas continuaram, do *Palácio do Catete* (Rio de Janeiro) ao *Paço Municipal* de Monte Alegre de Minas.

As eleições de 1934, da qual elegeu-se *indiretamente* o presidente Vargas, refletia na municipalidade as *práticas eleitorais* da achincalhada República Velha. Uma nota do jornal *A Tribuna*, publicado em 19 de setembro de 1934, anunciava a *vitória* de Vargas e relatava a nomeação das zonas eleitorais da região, inclusive a de Monte Alegre:

(nomeação das zonas eleitorais – Dr. Arnaldo Moura, juiz eleitoral – portaria – 16.09.1934)

1ª Seção – Presidente – Dr. Francisco de Assis Pereira da Silva, Juiz Municipal.

1º Suplente – Dr. Antenor Ayrosa Machado, Advogado Adjunto do promotor.

2º Suplente – Erasto Vilela de Andrade, Adjunto do Procurador da República. (grifo nosso).

2ª Seção – Presidente – Nicodemos Parreira, ajudante do Procurador da República (grifo nosso).

1º Suplente – Olympio Soares de Vasconcelos, Advogado.

2º Suplente – Abbadio José Leite, Juiz de Paz.²⁷

A nomeação dos membros da zona eleitoral de Monte Alegre retrata que os integrantes da oligarquia local ainda estavam presentes nos segmentos do poder. A “Revolução de 1930”, no referido município nada alterou, pois observamos o continuísmo político e social dos clãs delineados no final do Segundo Império.

A mudança que fica explicitada é a oligarquia local não mais desejar ser associada ao *coronelismo*, sinônimo de atraso e conservadorismo. Mas, na realidade, verificamos que os clãs dominantes apenas adquiriram uma *nova indumentária* fornecida pela Era Vargas.

²⁷ Jornal *A Tribuna* – Ano XV nº 828, de 19/09/1934.

O autoritarismo do governo Vargas evidencia-se com o golpe do *Estado Novo* em 1937 e uma “nova” Constituição é imposta ao país. Mais uma vez, a situação política em Monte Alegre de Minas permanece inalterada e *Nicanor Parreira* continua à frente do executivo local e de seu clã e governa por decretos até 1945.

Na década de 1930, *Nicanor Parreira*, oriundo da linhagem política do antigo P.R.M, filia-se ao P.S.D (Partido Social Democrático), compactuando, ativamente com a ditadura *estadonovista* edificada por Getúlio Vargas, numa clara demonstração de que a “revolução”, comandada pelo mesmo, aglutinou a *velha ordem* oligárquica ao Estado *Moderno*, idealizado por seus mentores políticos e intelectuais.

Um fato peculiar, ocorrido na década de 1940 em Monte Alegre de Minas, é o *Decreto-Lei* nº 2556, de 31.12.1943 que alterou o nome da cidade para *Toribaté*. A referida alteração permanece até 1948, quando o nome anterior é retomado. Outro fato interessante da administração de *Nicanor Parreira* nessa época é a fundação do jornal *O Lábaro*²⁸ (decreto de lei nº 5077, de 20.03.1940), órgão de *propaganda* e informação do governo municipal, mas abertamente inspirado no propósito disseminado pelo D.I.P (Departamento de Imprensa e Propaganda). O jornal *O Lábaro*, obviamente, fazia propaganda pró-governo Vargas.

O prefeito *Nicanor Parreira*, na época do *Estado Novo* (1937-1945), era um político com uma liderança consolidada e influente, na região triângulina e no Estado. O Livro de Registro de Ofícios da Prefeitura Municipal de Monte Alegre (década de 1940), um dos raros documentos alusivos ao seu governo, ainda conservado, revela através de seus textos, as relações do *chefe* local com os círculos do poder:

Nº 602 . 21.05.1941.

Exmo. Snr, Governador Benedito Valadares

Belo Horizonte

Tenho a honra de apresentar a V.Excia.o relatório de minha modesta administração em mais um exercício financeiro deste município.

O lema desta administração tem sido promover o bem estar coletivo no grau que comportam as forças financeiras do município, encarando-se, todavia parcimônia nos gastos.

Os deveres de responsabilidade do cargo são procurados para o cumprimento fiel das funções, orgulhando-me de estar frente dos destinos

²⁸ A palavra Lábaro vem do latim *Labarum*, que é o nome dos estandartes utilizados pelos exércitos romanos. O nome do Jornal é uma evidente conotação com a *grandiosidade* política propalada pela ideologia varguista, inspirada no fascismo italiano.

administrativos do município desde 1927, portanto um longo período de 14 anos; sendo 3 vezes por sufrágio unânime (grifo nosso) das antigas Câmaras Municipais e outras duas por nomeação.
Entre estas, a que V.Excia honra-me até o mesmo.
Em seguida passo a relatar a V.Excia os atos e fatos administrativos do exercício de 1940, afim de que sejam julgados por V.Excia.²⁹
Nicanor Parreira.

O ofício analisado apresenta-nos um perfil dos governos chefiados por *Nicanor Parreira* de 1927 até 1941, ao *chefe* estadual, o governador Benedito Valadares, responsável pela sua permanência no poder local. Dos ofícios ainda podemos observar a preocupação do prefeito com o preenchimento de cargos na burocracia estatal, em uma prática ligada a laços de *compadrio* e ao *nepotismo*.

São os seguintes ofícios:

Nº 600- 14/05/1941

Exmo.Snr. Governador Benedito Valadares
Belo Horizonte

Achando-se vaga a Promotoria de Justiça desta comarca e caso não tenha um candidato, tomo a liberdade de solicitar a V.Excia. a nomeação do bacharel Voltaire José Bernardes, filho de Monte Alegre, para preenche-la. Tenho a honra de apresentar a V.Excia as minhas respeitosas saudações.

Nicanor Parreira³⁰

Nº 406 – 1940

Gov. Benedito Valadares
Belo Horizonte

Tenho Delegacia Fiscal indicado nome Hildebrando Reis Cargo Coletor Federal Ituiutaba, solicito Vossencia. interceder junto sr. Presidente Vargas sentido ser nomeado referido candidato. Vaga escrivão coletoria local peço nomeação Snr. Militão Flavio Soares.

Respeitosas Saudações.³¹
Nicanor Parreira.

²⁹ Livro de Ofícios (década de 1940) – Arquivo da Prefeitura Municipal de Monte Alegre.

³⁰ Ibidem

³¹ Ibidem

O ofício nº 406 contém uma solicitação do prefeito para a nomeação de *Militão Flávio Soares*, ao cargo de escrivão da coletoria local; porém o indicado pertencia à sua família, tratava-se de seu genro.

Outros dados interessantes encontrados no Livro de Ofícios é a renegociação da dívida municipal, em 30 de junho de 1941, orçada no valor de 9: 861\$ 800. O prazo do escalonamento da dívida foi de 30 anos. Uma das benesses do Estado aos seus *correligionários* oligarcas, um dos pilares de sustentação do governo ditatorial de Vargas. O ofício nº 758, de 07 de Abril de 1942, denota o envolvimento do governo municipal com as questões cruciais desencadeadas pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países beligerantes do Eixo (Itália, Alemanha e Japão):

Ofício nº 758 – 07.04.1942

Exmo. Snr. General Comandante da 4ª Região Militar.

Juiz de Fora

*Estando o vigário desta paróquia, cidadão Padre Carlos Oscar Ritner, de nacionalidade alemã (grifo nosso) negando certidões de batismo a interessados, inclusive funcionários que carecem regularizar com urgência a sua situação militar, venho apelar para o comando, no sentido de que sejam tomadas sérias e imediatas providências [...]*³²

Cordiais Saudações.

Nicanor Parreira.

O pároco local, de origem alemã, citado na carta-ofício, causou celeuma no município de Monte Alegre no início da década de 1940. O governo brasileiro estava em alerta contra os países do Eixo, e em agosto de 1942 Vargas declararia guerra aos mesmos. O governo do município estava preocupado com o religioso e um rádio transmissor que possuía, na conjectura de que se tratava de um *agente* alemão; fato nunca comprovado. Esse dado “curioso” amplia a abrangência do envolvimento municipal com as questões políticas e ideológicas do Estado Novo. As *velhas* oligarquias, por mais repudiadas que fossem, tiveram uma atuação *sui generis*, no fortalecimento do autoritarismo estatal, impulsionado por Vargas.

O poder dos *caciques* municipais, apontado como *decadente* pela *nova ordem* instituída em 1930, indicava que:

³² Ibidem

*Esses poderes pessoais de polícia e de Juiz, é claro que se atenuaram com a penetração do Estado Novo como autoridade em seus domínios. No entanto, na maior parte dos casos, continua o coronel – político a exercê-los, se bem que despersonalizados, através de delegados e de juizes que indica aos governos, e que remove, quando lhe desagradam.*³³

Em 29 de Outubro de 1945, Vargas é deposto por um golpe militar chefiado do pelo *Mal Eurico Gaspar Dutra* e consequentemente as bases de apoio estaduais e municipais ao Estado Novo ruíram. Em Monte Alegre de Minas, Nicanor Parreira é afastado do cargo, após 15 anos chefiando o governo municipal e seu próprio clã. Porém, seu prestígio político não termina nesse momento. Em 1948, sob os auspícios da Constituição democrática de 1946, *Nicanor Parreira* retorna ao governo municipal, via eleições diretas, para o quadriênio que irá até 1951. Com Vargas ocorre o mesmo, retornando ao poder em 1950, vencendo o pleito presidencial.

Do último governo de *Nicanor Parreira* (1948-1951) não foi encontrada documentação suficiente para ser analisada nos arquivos da Câmara e Prefeitura Municipal de Monte Alegre. Um exemplar do Jornal Municipal *O Lábaro*, publicado em 29 de Abril de 1951, no término do último mandato de *Nicanor Parreira* é um raro documento desse período e contém, entre vários artigos, um balancete das contas municipais relativo aos anos 1949/1950, além de mencionar o nome do seu sucessor à frente do executivo local: *Luiz Dutra Alvim*, membro de outra *tradicional* família.

No referido jornal, notamos ainda (na primeira página) um pequeno editorial, anunciando o “retorno” de *Getúlio Vargas* ao comando supremo da nação, após uma acachapante vitória na eleição presidencial de 1950. O texto do jornal, comprometido com a retórica do populismo varguista, alardeava que:

*[...] A alternativa que se oferece às forças de equilíbrio diante dos extremos revolucionários, é a Reforma, mas a Reforma já provida de ressonância histórica, a Reforma prudente, mas efetiva; gradual, mas incessante; conciliadora, mas enérgica [...]*³⁴

O substantivo “Reforma”, grafado com letra inicial maiúscula, é repetido no sentido de *mudança*, proposta pelo governo “democrático” de Vargas, porém carregado de conservadorismo político e social.

³³ ALBUQUERQUE, R.C & VILAÇA, M.V. *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, p.35.

³⁴ Jornal *O Lábaro* ano XVI. Nº 1160. Monte Alegre de Minas, 29.05.1951. Arquivo Prefeitura Municipal.

O “novo” Vargas, ungido pelo sufrágio universal do regime democrático, instalado pela Constituição de 1946, continuava sendo um elo entre o *passado oligárquico* e o Brasil *pré-desenvolvimentista* da vindoura era J.K (1956-1961). No âmbito municipal de Monte Alegre de Minas, a proeminência dos grupos clânicos não era mais como outrora. Todavia continuaram, de alguma maneira, a interagir com as instâncias do poder.

A década de 1950, portanto, significa o ocaso político de *Nicanor Parreira*, que não voltaria mais a chefiar o executivo local, falecendo em 1963. Mas a hegemonia do clã *Vilella Parreira* não terminaria naquele momento. Em 1967, seu filho e herdeiro político, *Derly Vilella Parreira*, assumiria a direção do município de Monte Alegre de Minas até 1971, encerrando a primazia política e social iniciada em 1870, com seu ancestral *Antonio Fernandes Vilella de Andrade*.

CONCLUSÃO

O antigo povoado de *São Francisco das Chagas de Monte Alegre*, localizado entre os vales dos rios Uberabinha, Tejuco e Paranaíba, do século XVI, o *Sertão da Farinha Podre* (atual Triângulo Mineiro) era um entroncamento de rotas que se dirigiam para as zonas auríferas de Goiás e Mato Grosso. Além do interesse pelo ouro, o Sertão da Farinha Podre era visado pelas *Bandeiras de Apresamento*, interessadas na aquisição de mão-de-obra escrava indígena, especificamente o gentio *caiapó*.

Através de antigas rotas indígenas e da abertura da *Estrada Real de Goiás* e a *Estrada do Anhanguera ou dos Goiazes*, no início do século XVIII, vários povoados foram surgindo no Sertão da Farinha Podre, sem contar os aldeamentos indígenas edificadas pelos padres da *Cia de Jesus*, de acordo com as instruções da Coroa Portuguesa, dentro da política de expansão territorial.

Com a decadência da produção aurífera na capitania de Minas Gerais em fins do século XVIII, várias levas humanas, provenientes, principalmente, das regiões leste da mesma em busca de *sesmarias* e de novas atividades econômicas (como a agropecuária), dirigiam-se para o Sertão da Farinha Podre. Essas levas intensificaram-se no período Joanino (século XIX), com o assentamento de várias famílias em diversas localidades da região a partir do *Julgado do Desemboque* e da *Vila de Santo Antônio de Uberaba* (marcos iniciais do povoamento do atual Triângulo Mineiro).

As famílias que se apossaram das diversas sesmarias da região do Sertão da Farinha Podre, possuíam a peculiaridade dos *clãs parentais*, ou seja, uma estrutura social profundamente arraigada ao *patriarcalismo*. Além dos respectivos clãs, várias outras famílias, ligadas por laços *consanguíneos* ou pelo *compadrio*, agregavam-se às outras formando o cerne das futuras *parentelas*.

A família clânica e a religiosidade foram dois fatores cruciais para o desenvolvimento da região do Sertão da Farinha Podre e do desenvolvimento do povoado de São Francisco das Chagas de Monte Alegre.

A construção de Capelas e a formação de extensas propriedades fundiárias pelas famílias clânicas propiciou o desenvolvimento das futuras oligarquias locais, comandadas por seus *chefes*. Em São Francisco das Chagas de Monte Alegre, o *trânsito* de famílias com destino à Goiás e a fé católica fizeram com que aglutinassem no local várias parentelas oriundas do leste de Minas e de outras partes da capitania.

Em 1836, o povoado dedicado a São Francisco das chagas e elevado à categoria de Distrito de Santo Antonio de Uberaba, atraindo mais famílias e dentre elas os *Vilella de Andrade*, cujo membro, na década de 1860, despontaria como *chefe* da oligarquia local: *Antonio Fernandes Vilella de Andrade*. O *Cel Vilella*, acumulou os cargos de juiz, agente executivo, presidente da Câmara e tesoureiro, no município estudado no final do século XIX, confirmando sua supremacia entre as parentelas clânicas locais.

A emancipação política da *Vila* de São Francisco das Chagas de Monte Alegre, ocorrida em 16 de setembro de 1870, inseriu o *Cel. Vilella* nas esferas oficiais do poder provincial, respaldado pela sua condição de chefe familiar da tradicional linhagem dos *Vilella de Andrade* e, sobretudo, de ser um *coronel*.

Em 1865, o *Cel. Vilella* constrói o *solar* da família em *São Francisco das Chagas de Monte Alegre*, defronte ao *Largo da Matriz*. Tal solar transformar-se-ia no símbolo de seu *poder* pessoal de chefe clânico e do grupo oligárquico a que pertencia. A referida casa, grandiosa, com ares de “fortaleza”, funcionou como pólo catalisador do imaginário popular com relação às representações do poder. A arquitetura é uma delas.

A maioria das casas *senhoriais* do Brasil *oitocentista*, com uma arquitetura ainda influenciada pelo estilo colonial, possuíam um arquétipo quase comum que é as reminiscências à *Casa-Grande*, edificada a partir do século XVI pelos *homens bons* das capitanias. A casa no Brasil, absorvendo as linhas das construções ibéricas, adquire feições próprias, traduzindo através de seu formato, quem era seu proprietário e a sua relação com o *poder*.

De acordo com a documentação encontrada, o *Cel. Vilella* governou sua cidade de 1872 a 1889 transitando por quase todas as instâncias do poder local. Verificamos que o poder oligárquico cresceu durante os últimos anos do II Império e, com a Proclamação da República, as Câmaras Municipais tornaram-se a base de sustentação política dos governos oligárquicos inaugurados pelo presidente *Prudente de Moraes* em 1894.

As parentelas coronelistas, através de uniões matrimoniais entre membros de sua prole, ratificavam seu poder no município, ampliando ainda seus bens patrimoniais. A união dos clãs *Vilella de Andrade* e *Parreira* ocorreu em 1914, através do casamento do filho do *Cel. Arlindo Parreira* com uma representante do clã *Vilella de Andrade*.

O casamento de *Nicanor Parreira* e *Dulce Vilella de Andrade* selou o pacto que havia entre os clãs parentais no intuito de manter a tradição e a perpetuação do *continuismo* político e social das oligarquias. Desse casamento, emerge o futuro líder do

clã *Vilella Parreira e Dulce*, o doutor em Farmácia, *Nicanor Parreira*, que governou a cidade de Monte Alegre de Minas por mais de vinte anos.

Remanescente das velhas oligarquias agrárias e patriarcais, o *doutor Nicanor* simbolizava o *velho e o novo*. Diante das mudanças tecnológicas e do crescimento urbano, as oligarquias triangulinas, preocupadas com seu destino político, investiram nos elementos mais *jovens e instruídos* de seus clãs ou de outra parentela coligada, no sentido de veicular uma nova imagem, principalmente através da *imprensa*, ante seu *eleitorado* e concidadãos.

A imprensa no Triângulo Mineiro, durante as primeiras décadas do século XX, em especial a de *Uberabinha*, teve um papel ímpar na propagação do ideário oligárquico e coronelista, fazendo *propaganda* para e o *Triângulo Mineiro*, através de seus artigos e colunas, publicando textos apoloéticos aos coronéis locais e às suas administrações, além de idealizar suas *pobres* cidades como *dádivas* da natureza.

A ascensão social e política de *Nicanor Parreira*, em Monte Alegre de Minas, pode ser vislumbrada através dos respectivos jornais a partir da década de 1920, numa clara demonstração de que ocuparia os principais cargos executivos do município em questão. Ao assumir, efetivamente, o poder em 1927, *eleito* pelo *velho* sistema eleitoral da Primeira República, o chefe do executivo local adentrou para uma época de rupturas econômicas, políticas e sociais.

Em 1929, com o *crash* da Bolsa de valores de Nova York, a oligarquia cafeeira paulista entra em colapso e o governo do presidente Washington Luis, ao lançar seu sucessor paulista, contrariando as demais facções da elite nacional, desencadeia um movimento político-militar, conhecido por “Revolução de 1930”, que *derruba* o *chefe* nacional e a *República Oligárquica*.

Todavia, o que aconteceu foi uma *reorganização* das oligarquias nacionais, que não eram uníssonas, nem tampouco zelavam pelos mesmos interesses, a não ser sua permanência no poder. Envolvido pelos ideais *progressistas*, o líder *Nicanor Parreira*, integrante da elite local, percebendo a movimentação política e social em 1929/1930, astutamente procura apoiar a oligarquia *dissidente e revolucionária*, contrária ao governo federal.

Seus contatos políticos, apoio militar e estratégico, fizeram com que conseguisse seu intento, barrando o avanço das tropas oligárquicas goianas, contrárias aos mineiros e sediada em Santa Rita do Paranayba(GO), obrigando-as a retornar ao seu *chefe*, *Antônio Ramos Caiado*. O Governo Provisório, instituído em Outubro de 1930, depõe as

oligarquias estaduais contrárias ao *comando revolucionário*, liderado pelo oligarca gaúcho Getúlio Vargas, porém apóia as *velhas instituições coronelistas* que fazem parte do *novo pacto* político e social proposto após a sucessão da Carta Constitucional de 1891.

Apoiado pela sua tradição familiar, política e carisma popular, *Nicanor Parreira* permanece incólume aos *interventores* estaduais e federais em 1930, 1934 e 1937. Após 1930, o referido político adere a ideologia populista da Era Vargas, amplificando as bases de apoio através do P.S.D (Partido Social Democrático), legenda oficial do governo.

A administração de *Nicanor Parreira*, iniciada em 1927, foi pontuado por preocupações com a transparência financeira e o zelo pela saúde pública e a educação, mas, em contrapartida, governou via decretos, demonstrando o caráter *autoritário* patrocinado pela ditadura varguista.

Com o fim do *Estado Novo* em 1945, *Nicanor Parreira* é afastado do cargo, mas por pouco tempo. Em 1948 é eleito novamente prefeito para um mandato que iria até 1951, sua derradeira participação na chefia do governo local. Contudo, isso não significou o fim da hegemonia do *clã Vilella Parreira*.

Em 1967, *Derly Vilella Parreira*, herdeiro político de *Nicanor Parreira* é eleito prefeito de Monte Alegre. Este sim, simbolizou o fim de uma era da proeminência política e oligárquica dos Vilella Parreira. Atualmente resta o *solar* e o *imagiário* político e social que suscita.

Diante das análises bibliográficas, documentais, jornalísticas e imagéticas efetuadas ao longo dessa pesquisa, podemos visualizar que as oligarquias do Triângulo Mineiro, em particular as da cidade de Monte Alegre de Minas, foram gestadas a partir do povoamento inicial do Sertão da Farinha Podre, acentuadamente no período joanino.

O povoamento da região foi basicamente composto por *famílias clônicas*, patriarcais e religiosas. As uniões endogâmicas entre as parentelas ampliavam seu poder que desconhecia a diferença entre o que era *público* e o *privado*. Principalmente na esfera política.

O poder político evoluiu de acordo com a autonomia das Câmaras municipais, que com a República catalisaria o poder dos coronéis e seus *eleitores*. No século XX, preocupados em desvencilhar-se do estigma de *arcaico* e *conservador*, alguns segmentos das oligarquias travestiam-se de *intelectuais* e *doutores*, visando compactuar com a crescente urbanização e industrialização do país.

A “Revolução de 1930” procurou então depreciar o *velho oligarca*, símbolo do atraso promovido pelo passado agrário e as instituições monárquicas. O *coronelismo*, então, transformou-se em substantivo “pejorativo”, mas os mesmos detratores pertenciam à alguma oligarquia, e esta não ficou de fora de nenhum acordo promovido pelo Estado revolucionário ou o Estado Novo, nem os demais vindouros.

As famílias clânicas, metamorfoseadas e adaptadas a um novo contexto político, social, econômico e tecnológico ainda são influentes em quase todos os municípios e estados brasileiros. Os *coronéis*, aqueles imortalizados pelo *Romance Regionalista de 30*, existem apenas no imaginário político do brasileiro, mas as práticas do *coronelismo* ainda subsistem em regiões atrasadas ou desenvolvidas do país. Basta observarmos a crônica diária dos meios de comunicação a respeito dos atos dos *homens públicos* em seus estados, municípios ou no comando da nação.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, R.C & VILAÇA, M.V. **Coronel, Coronéis**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- ARANTES, J. **Como Fizeram Monte Alegre**. Uberlândia: Ubergral, 1970.
- BARATA, C.E.A & BUENO, A.H.C. **Dicionário das Famílias Brasileiras. Vol II**. São Paulo: Originis X, 1999.
- BACZCO, B. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi: Vol. 5 – Anthropos – Homem. Rio de Janeiro/ Lisboa: Casa da Moeda Nacional (Imp. Nacional), 1985.
- BOTELHO, A.V & REIS, L.M. **Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.
- CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Edit. UFG, 1987.
- CARONE, Edgar. **A República Velha – Instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel, 1970.
- _____. **A República Velha. Evolução Política**. São Paulo: Difel, 1971.
- CONY, C.H. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, p. A2, em 30.05.2006.
- CORALINA, Cora. **Estórias da Casa Velha da Ponte**. São Paulo: Global Editora, 2000.
- COSTA, Lena C.B.F. **Arraial e Coronel – dois estudos de história social**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- DANTAS, Ibaré. **Coronelismo e Dominação**. Aracajú: Diplomata/UFSE, 1987.
- FAORO, R. **Os Donos do Poder**. Vol.II. São Paulo: Editora Globo, 1997.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil – 1**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. **Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcalismo Rural e Desenvolvimento do Urbano**. II Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- GOMES, Ângela de C.A. A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na Fronteira entre o Público e o Privado. In: **História da Vida Privada no Brasil IV**. Org. SCHWARCZ.L.M. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GRANET-ABISSET, A. **O Historiador e a Fotografia**. São Paulo: Editora PUC, 1997.
- GUALBERTO, J. **A Invenção do Coronel- Ensaio sobre as Raízes do Imaginário Político Brasileiro**. Vitória: UFES, 1995.
- HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- HORTA, Cid. R. **Famílias Governamentais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1956.
- JANOTTI, M.L.M. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval(Prefácio)**. Portugal: Edit. Estampa, 1994.
- LEAL, V.N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LIMA, V. M. 1930: História e Memória – A construção do imaginário sobre a revolução de 30 no Triângulo Mineiro. In: **História & Perspectivas. Revista do Curso de História** nº 7 Jul/Dez – 1992. Uberlândia: Edufu, 1992.
- LOURENÇO, L.A.B. **A oeste das Minas-Escravos, Índios e Homens Livres Numa Fronteira Oitocentista – Triangulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: Edufu, 2002.
- PERESSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros Ensaio**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- _____. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. **História da Civilização Brasileira T3**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia Edit, 1975.

SILVA, Hélio. **Os Presidentes – Venceslau Brás – 9º Presidente do Brasil 1914/1918**. São Paulo: Editora Três, 1983.

SILVEIRA, Cristiane. **O Alvorecer da República Sob o Olhar Interpretativo de Lima Barreto**. Uberlândia Mestrado: UFU, dissertação de 2004.

TELAROLLI, R. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1997.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**. II. Vol. Uberlândia: Uberlândia Gráfica LTDA, 1970.

TORRES, João C.O. **História de Minas Gerais**. Vol.3. Belo Horizonte: Editora Leme S/A, 1980.

VERÍSSIMO, F.S. & BITTAR, M.S.W. **500 Anos de Casa no Brasil – As Transformações da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIANNA, F.J. O. **Populações Meridionaes do Brasil (História – Organização Psicologia)**. I Vol. São Paulo: Editora Garnier, 1918.

_____. **Instituições Políticas Brasileiras**. I Vol. Rio de Janeiro: Record, 1974.

VISCARDI, Cláudia M. R. **O Teatro das Oligarquias – Uma Revisão da Política do Café com Leite**. Belo Horizonte: Editora Arte, 2001.

WEBER, Max - **Sociologia**. (capítulo 3, A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais). São Paulo: Ed. Atlas, 1979.

WIRTH, John. Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional 1889/1937. In: FAUSTO, Boris. **História da Civilização Brasileira**. T.III. vol I. Rio de Janeiro: B.Brasil, 1997.

Fontes

Arquivo Público Municipal de Uberlândia

- Arquivo Jerônimo Arantes : Jornais A Nova Era, A Tribuna e o Triângulo Mineiro

Arquivo CDHIS – UFU

- Arquivo João Quituba

Arquivo particular da família Vilella Parreira / Monte Alegre de Minas

Arquivo da Câmara Municipal de Monte Alegre de Minas (Livro de Atas)

Arquivo da Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas (Livro de Atas e Ofícios)

Franca, 11 de Janeiro de 1914

1

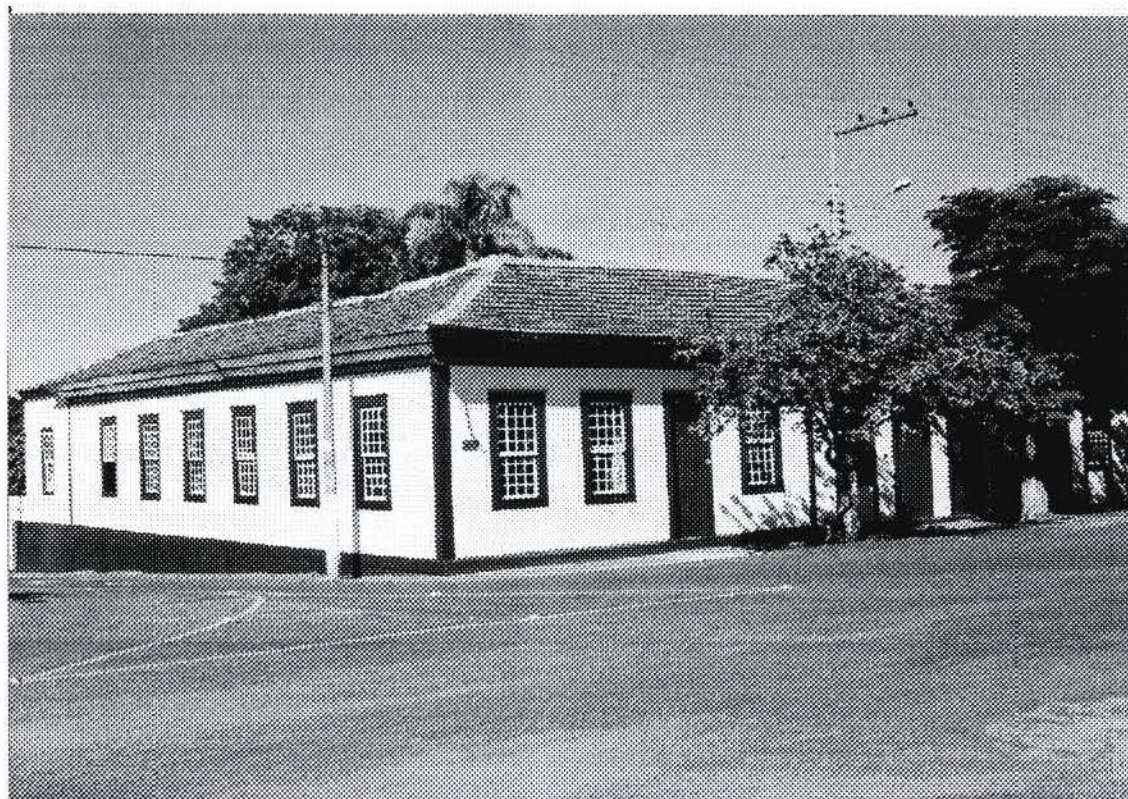
Alfredo

Antes de mais, os meus votos
de muito boa saúde a você e a todos
da sua família.

A carta que você vai ler
contém algumas idéias minhas, ex-
tas em palavras a um sobrinho. Com
a vontade que a mãe geralmente tem de
bem apprehender o conselho dos velhos,
essa a que me refiro conseguiu mais
ou menos retes o meu pensamento,
relativamente a situação calamito-
sa que se desenha nos horizontes
negros da politica nacional...

O momento que atravessamos,
nunca é muito apertado, está

Anexo 1: fac símile da carta original de Thomé J. Vilella de Andrade, discutida no Cap. II.2.



Anexo 2: Aspecto externo do Solar Vilella Parreira. Arquivo pessoal da família.



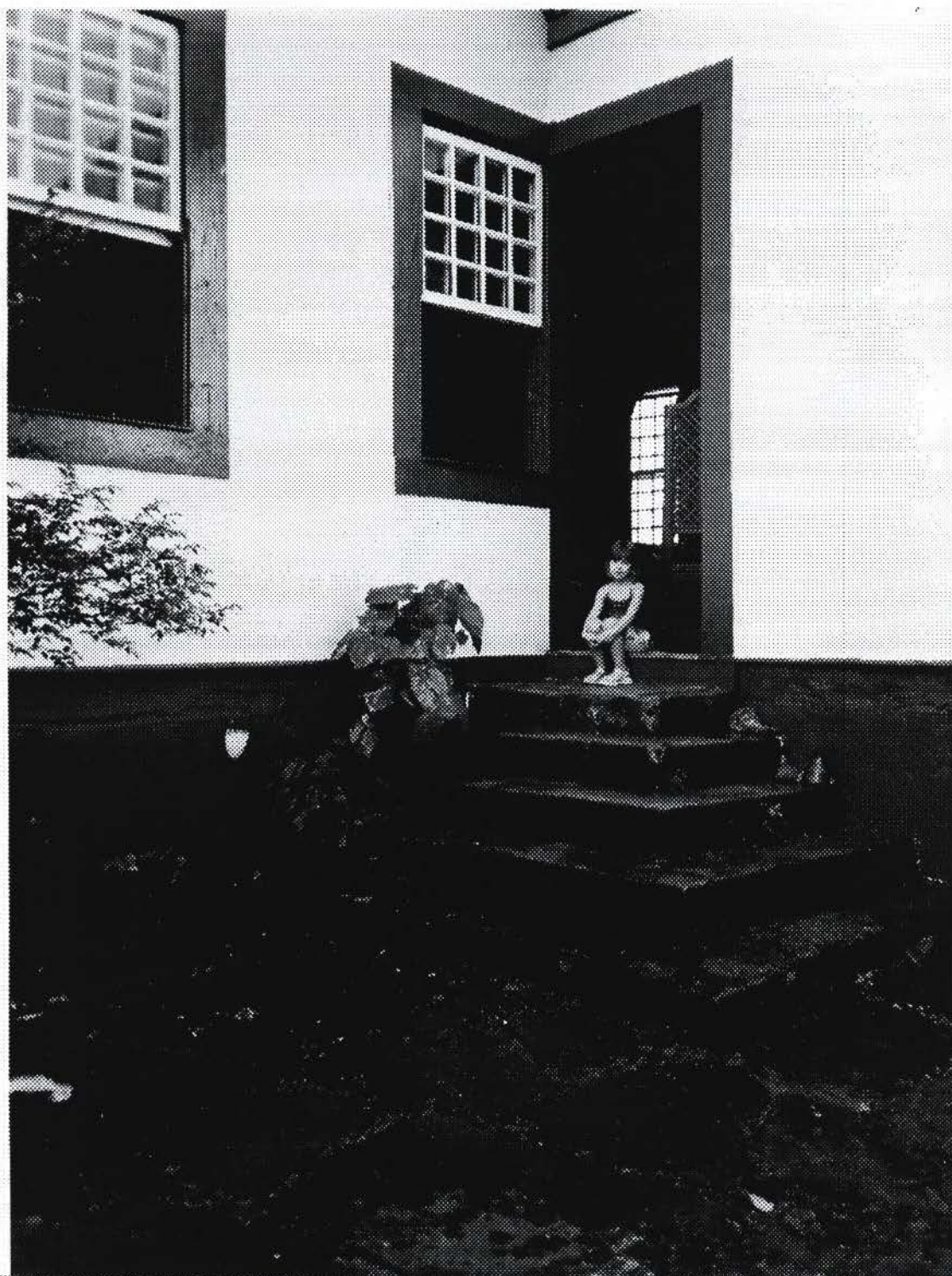
Anexo 3: Ibidem



Anexo 4: Ibidem



Anexo 5: Ibidem



Anexo 7: Aspecto interno do Solar Vilella Parreira. Ibidem